



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: ANTONIO CARLOS RODRIGUES**

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA GERAL SOBRE O ORÇAMENTO-2012

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 12 de dezembro de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a permissão do meu Presidente Antonio Carlos Rodrigues, que se encontra presente e com a presença dos Srs. Vereadores Milton Leite, Roberto Tripoli, Atílio Francisco e demais Srs. Vereadores membros da Comissão de Finanças e Orçamento declaro aberto os trabalhos da 42ª audiência pública que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realiza no ano de 2011, sendo a 2ª audiência pública temática geral do calendário elaborado para discutir o PL 479/2011 de autoria do Executivo que estima a receita e fixa as despesas do Município de São Paulo para o exercício de 2012.

Foram convidados os Srs. Secretários Municipais Mauro Ricardo Machado Costa, de Finanças; Rubens Chammas, de Planejamento, Orçamento e Gestão; Miguel Luiz Bucalem, de Desenvolvimento Urbano e Marcos Cintra, de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

Daremos início aos nossos trabalhos.

O Sr. Marcos Cintra não se encontra presente. A mesa vai suspender os trabalhos por alguns momentos, por ser essencial a sua presença. O Sr. Secretário remeteu a esta Casa assessores que sequer, querem subir à mesa para se manifestarem ou defenderem a sua pasta. Se o Sr. Secretário não vier, abrirei uma nova convocação para S.Exa., exclusivamente, para que venha falar aqui. Não será permitido o não comparecimento de nenhum Secretário, nesta audiência pública, para falar à população.

O Sr. Rubens Chammas ligou-me, disse que virá e pediu que mantivéssemos esta audiência, aguardando a sua presença.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A partir de agora, inscrições devem ser feitas à secretaria. A Mesa vai abrir, de imediato, a palavra para quem quiser formular questões ao Sr. Mauro Ricardo. Por quê? Porque o objetivo desta audiência pública é que perguntas sejam feitas pela população. Os parlamentares, que já fizeram perguntas por meio de emendas, também poderão se inscrever na mesa.

Então, Mauro Ricardo, às suas palavras iniciais. A Relatoria, eu insisto, tem perguntas, mas as fará por último, depois dos inscritos, como uma forma de respeitar a população presente, considerando também que o Sr. Secretário tem uma limitação de horário, além dos outros Secretários que também falarão a esta Comissão.

Bom dia, Secretário Mauro Ricardo, e obrigado pela compreensão no cumprimento do horário. Tem V.Exa. a palavra.

---

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Primeiramente, eu gostaria de saudar o nobre Vereador Milton Leite, Relator do Orçamento 2012, na figura de quem cumprimento todos os demais Vereadores presentes. Cumprimento também os funcionários da Prefeitura, representantes da Secretaria de Desenvolvimento, Finanças e Planejamento, assim como os demais funcionários da Prefeitura e todos os senhores e senhoras presentes.

Quero dizer da satisfação de novamente estar aqui na Comissão de Finanças e Orçamento para debater a peça orçamentária, o que considero a peça mais importante debatida por esta Casa, porque é por meio dela que se apreciam as estimativas de receitas e a sua aplicação auferida pela Prefeitura. É um instrumento extremamente importante, e por isso temos várias audiências públicas, não só ordenadas pela Prefeitura, mas também por esta Casa, para que se possa escutar a população e para que, assim, se possa fazer uma proposta orçamentária que seja mais coerente em relação às demandas da nossa população.

Aqui estou pela Secretaria de Finanças para falar um pouco a respeito das estimativas de receita para o Orçamento de 2012. As estimativas de receitas que fizemos

consideram algumas premissas que, infelizmente, já não estão mais no quadro econômico atual em face da crise econômica internacional. Prevíamos para 2012 um crescimento do PIB da ordem de 4,1%, mas, infelizmente, em face da crise econômica mundial, as estimativas econômicas atuais já levam a um crescimento do PIB bem menor do que o inicialmente previsto por nós, de 3,2% a 3,5% para o exercício de 2012.

Isso certamente terá impacto nas previsões orçamentárias para o exercício de 2012. Previmos uma estimativa de receita com crescimento da economia de 4,1%, mas, se ela crescer menos do que essa previsão inicial, logicamente, haverá necessidade de se fazer um ajuste, não na proposta, mas já no Orçamento aprovado em 2012, de forma que ele seja mais coerente com o quadro econômico naquele exercício.

Enfim, estamos analisando isso melhor e a nossa proposta é que o Orçamento seja aprovado nas bases encaminhadas pela Prefeitura e, se houver necessidade, em 2012, faremos os ajustes necessários para que ela se adeque ao quadro econômico mundial, ao qual, logicamente, o Brasil não ficará imune.

Em números globais, as previsões para 2012 no que se refere ao Orçamento consolidado da Prefeitura, da Administração Direta e Indireta, montam em aproximadamente 38 bilhões de reais. Essa é a estimativa de receita que fizemos para o exercício de 2012, o que representa um crescimento da ordem de 6,8% em relação ao Orçamento atual, e, em relação ao Orçamento provável de execução para o exercício de 2011, o crescimento será da ordem de 19,3%, no momento em que não consideramos a execução plena do orçamento de 2011 em face também do quadro econômico atual *vis-à-vis* as estimativas de receita que foram feitas na proposta orçamentária para este exercício.

Estimamos que neste exercício a receita alcance a cifra de 31,9 bilhões de reais se comparado com 38 bilhões de reais da previsão orçamentária para o exercício de 2012. Representa um crescimento da ordem de 19%; um esforço grande que estamos fazendo para incrementar não só a receita tributária, mas a receita não tributária com operações de crédito

relativo à antecipação de recebíveis do contrato de programa com a Sabesp e também relativo ao Programa de Parcelamento Incentivado, alienação desses recebíveis futuros para o orçamento de 2012 de tal forma que a gente possa antecipar investimentos importantes de serem feitos em diversas áreas da Prefeitura, na área de saneamento em especial e diversas outras áreas no que se refere à infraestrutura urbana.

Esse é o orçamento, a estimativa de receita apresentada consignada na proposta orçamentária que está sendo apreciada por esta Casa. São as breves palavras iniciais. Já tivemos a oportunidade de detalhar essa proposta orçamentária em ocasiões anteriores e me reservo aqui um tempo maior para responder eventuais perguntas em relação a essas questões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quero cumprimentar o Secretário Rubens Chammas. Como se trata de uma audiência conjunta vou abrir a palavra para que o Sr. Rubens Chammas faça um breve relato.

Quero registrar a presença dos membros da Comissão de Finanças e Orçamento com os Vereadores Donato e Aníbal de Freitas. O Vereador Antonio Carlos Rodrigues já esteve aqui.

O Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente está ávido por saber dos Srs. Secretários sobre as parcerias e assuntos futuros que estão sendo encaminhados. Seria fundamental hoje a presença do Secretário Marcos Cintra, pois precisamos saber o que está produzindo efetivamente para a Casa. A população quer saber o que está sendo produzido. Por exemplo, tem uma PPP dos hospitais essencial para a Cidade e precisamos saber como anda e como se desenrolará. As tantas outras parcerias a que ele se propõe, quem se habilitou, uma série de perguntas essenciais à Cidade. Vamos aguardar para que compareça em tempo para participar do debate. Enviou uma equipe, mas seria essencial que o Sr. Secretário respondesse às questões presentes.

As pessoas formularão depois as perguntas. As inscrições não estão encerradas.

Só peço que respeitem os três minutos. Evitem discursos e façam as perguntas diretas ao Sr. Secretário para ele possa respondê-las objetivamente.

Tem a palavra o Sr. Rubens Chammas.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Bom dia a todos e a todas. Queria cumprimentar o Vereador Milton Leite, Relator da Comissão de Finanças e Orçamento dessa proposta orçamentária para 2012. Cumprimento todos os Vereadores presentes, senhores e senhoras.

Primeiramente, parabenizo a Comissão de Finanças e Orçamento pela estratégia conduzida na discussão da peça orçamentária para 2012 com audiências temáticas.

Tivemos a oportunidade de vir aqui na primeira audiência pública; depois retornamos para falar um pouco da Secretaria de Planejamento, especificamente. Outros secretários tiveram a chance de vir expor seu orçamento, suas propostas para 2012, nas audiências regionais realizadas nas cinco regiões da Cidade. Isso mostra a dedicação desta Casa em discutir essa proposta com a população para que venham subsídios, e também sugestões, para que possamos debater e esclarecer.

O Secretário Mauro Ricardo teve a chance de explanar um pouquinho sobre a composição da receita. E vou falar rapidamente – até para dar a oportunidade da palavra a todos – sobre os grandes itens de despesa da Prefeitura.

A proposta orçamentária encaminhada a esta Casa é da ordem de 38 bilhões. E é muito importante termos em mente que essas despesas têm uma classificação e são divididas em cinco grandes grupos.

O Grupo Atividades são todos os convênios, todo o custeio da máquina, todo o custeio da Prefeitura, o custeio dos equipamentos – mais de cinco mil e 500. Esse grupo perfaz um total de gastos indicados de 18,1 bilhões de reais.

É claro que não estamos falando qual a fonte que vai arcar com esse gasto; depois faremos um breve relato sobre isso.

O segundo grande grupo, na ordem do maior para o menor, é o de Pessoal, no qual

a Prefeitura prevê gastar no ano que vem 9,8 bilhões de reais, incluindo todos os gastos existentes de pessoal.

Atrelado ao Grupo de Pessoal há o grupo chamado Auxílios, cuja proposta orçamentária contempla algo em torno de 715 milhões. Os auxílios são vale-refeição, vale-transporte e vale-alimentação.

O quarto grande grupo são as Operações Especiais: pagamento da dívida do Município com a União, assunto sobre o qual o Secretário Mauro Ricardo já teve a oportunidade de falar, e os precatórios. Para este grupo prevemos um gasto de 4,7 bilhões de reais para 2012.

O último grupo é o Projetos, que diz respeito aos investimentos indicados para o próximo ano. Para este, indicamos, na peça orçamentária, 4,6 bilhões de reais. Perfazendo esses cinco grupos, 38042 foi a proposta originalmente encaminhada.

É importante termos clareza sobre as fontes que dão origem a esse gasto. Darei um exemplo do Grupo Projetos, que são os investimentos.

Os investimentos de 4,6 bilhões de reais, o Tesouro, que nós chamamos de Fonte 00, que é nossa classificação interna, é responsável por 1,3 bilhões de reais nessa rubrica. Também temos investimentos federais e estaduais em projetos.

Os federais são da ordem de 642 milhões de reais, e são basicamente recursos que estão sendo pleiteados do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento: PAC Habitação, PAC Drenagem e PAC Mobilidade.

Recursos estaduais nós denominamos na nossa composição interna de Fonte 03, e são da ordem de 1 bilhão de reais – quase 1,1 bilhão de reais. São destinados, basicamente, às áreas de habitação, saneamento e infraestrutura.

Os recursos de operações urbanas, denominados por nós de Fonte 05, giram em torno de 820 milhões de reais. Refiro-me ao recurso de entrada previsto para o próximo ano; além dos recursos já existentes hoje em caixa.

Todos os senhores sabem que temos três operações urbanas em curso: Operação Urbana Água Espriada, Operação Urbana Faria Lima e Operação Urbana Água Branca, além da Operação Urbana Centro, que tem uma parcela muito pequena de contribuição na parte de investimentos.

Por fim, ainda na área de investimentos, os recursos que nós denominamos Fonte 08, que, na verdade, é também do Tesouro, só que o vinculado, e que abrange basicamente todos os fundos: fundo da habitação, fundo do saneamento, fundo de iluminação pública, fundo do trânsito, entre outros, os quais compõem investimentos da ordem de 670 milhões de reais.

E é claro que poderíamos abrir, fonte por fonte, todos os grandes grupos.

É muito importante ter a clareza de que as despesas são indicadas em cinco grandes grupos, e a fonte orçamentária para que possa se realizar é fonte Tesouro ou transferência estadual, transferência federal, fundos ou outras.

Então, com essa breve introdução, eu volto à palavra ao relator e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Anuncio a presença dos Vereadores Paulo Frange, Tripoli, Celso Jatene, Jamil Murad, Edir Sales e Marco Aurélio Cunha. Se houver mais Vereadores presentes que eu não anuncie, peço perdão, irei registrando.

Nosso critério de hoje, chamamos a audiência pública para ouvirmos o povo, depois os parlamentares fariam ao final da audiência. Os inscritos são, pela ordem, o ex-Vereador e sempre presente nas comissões, o qual de antemão cumprimento, Odilon Guedes; André Luzzi, Irene Batista e Leandro. A lista é enorme, mas ouvir primeiramente os três.

Insisto em que se respeite o tempo determinado, a Mesa será rigorosa porque há muitos inscritos, passa de 20. Peço então o controle rigoroso do tempo para que todos possam falar. Em respeito a todos, é preciso que o tempo seja contado rigorosamente.

Bom dia Odilon Guedes, tem a palavra. Seja bem vindo a esta Casa.

**O SR. ODILON GUEDES** – Obrigado. Cumprimento o Presidente dos trabalhos, o

Secretário Chammas e o Secretário Mauro. Vou ser muito objetivo. Primeiro me reporto ao Secretário do Planejamento, já estive na primeira audiência pública e dei uma sugestão.

Na época da ex-Prefeita Luiza Erundina e Paulo Maluf os investimentos na cidade de São Paulo, nos equipamentos eram feitos definindo distrito. Por exemplo, este ano a proposta... Por exemplo, não. Estive na audiência com o Secretário de Transportes, e está La: construir 38 quilômetros de corredores de ônibus. Pergunto: aonde vão ser? Ou a construção de dez escolas, pergunto: em quais locais? A sugestão que demos é que seja definido o distrito, se não a sociedade não pode acompanhar. Quando acompanhamos – e estou no Conselho Regional de Economia – detalhadamente a execução do Orçamento, a gente não sabe onde estão os investimentos. Fiz essa pergunta e ela dá uma resposta genérica. A sugestão é que o Orçamento defina por distritos os investimentos. Por que não acontece?

Segundo: estive na audiência pública com o Secretário de Transportes, no Plano Plurianual em 2010 está a construção de dois quilômetros de corredor de ônibus e definidos 60 milhões para o trecho. Foram retirados 59 milhões, sobrou um milhão. Para 2011, a proposta é a construção de oito quilômetros e para tanto definiram um milhão reais. Depois houve um aumento para três milhões. Veja, para construir dois quilômetros tinha 60 milhões; no outro ano para oito quilômetros tinha um milhão.

Finalmente, a proposta no Orçamento para 2012 são 38 quilômetros de corredor de ônibus, e está definido 34 milhões. Desculpe, mas não me parece planejado.

Perguntei ao Secretário de Planejamento algo que também quero perguntar ao senhor: o custo do quilômetro de corredor. Ele falou 30 milhões.

Se esse ano tem 38 quilômetros para ser construído, o Orçamento deveria ter um bilhão e 140 milhões, em lugar de 34 milhões. Quer dizer, é uma confusão que não dá para entender.

O senhor, como Secretário de Planejamento, logicamente conversa com todos os Secretários, então não precisa ter esse tipo de definição.

Finalmente, perguntei ao Secretário sobre o fato de não ter um tostão para fazer metrô. E o assessor dele, o Pedro, cujo sobrenome eu não sei, falou que dinheiro para metrô tem, o problema é que no Brasil não tem empresa que construa metrô.

Isso está gravado aqui, hein! Até alerto os Srs. Vereadores, porque é um negócio gravíssimo. O assessor do Secretário falou – está gravado – que tem dinheiro para fazer metrô, mas não tem empresa que faça.

Isso para o Secretário de Planejamento. Quanto ao Secretário de Finanças, nós, do Conselho, já convidamos várias vezes para falar sobre a dívida do Município. Infelizmente, por problema de agenda, o senhor não pôde comparecer.

Gostaria que o senhor colocasse claramente algo desconhecido em São Paulo.

O Prefeito Pitta, em 2000, renegociou a dívida do Município com o Governo Federal. Naquele período a dívida eram 11 bilhões e meio. O Município pagou, de 2000 a 2011, 16 bilhões e meio de juros. E a dívida hoje é de 46 bilhões e meio.

Só para os senhores terem uma noção: com 16 bilhões e meio de reais dá para construir 500 quilômetros de metrô, milhares de creches. O Município pagou 16 bilhões e meio de uma dívida impagável.

Inclusive, gostaria que o Secretário falasse sobre isso, porque é uma questão central para a Cidade. E os Vereadores têm que estar... É uma dívida que tem de ser renegociada.

Em 2030 em quanto a dívida vai estar?

Este ano vão ser pagos mais quatro bilhões – dinheiro que permitiria construir creches na Cidade inteira.

Finalmente, sobre a dívida ativa: devem para o Município cerca de 40 bilhões. A Prefeitura não aumenta, e tem arrecadado 200 milhões.

Por que não há um programa mais firme de recuperar essa dívida de quem deve para o Município?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Donato)** – Tem a palavra o Sr. André Luzzi.

**O SR. ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS** – Bom dia. Eu sou André Luzzi, da Ação da Cidadania. E aqui evoco Herbert de Souza, o Betinho, que dizia sobre a perversidade que é o orçamento, que realmente é para as pessoas não conhecerem, pela sua tecnicidade e por suas obscuridades.

Nas outras audiências já expus propositivamente uma série de temas e questões, mas o tempo se esgotou e não fui contemplado na Relatoria; aliás, sequer foram respondidos os ofícios e as solicitações por meio impresso, como prevê a Lei dos Processos Administrativos.

Então quero pontuar duas questões fundamentais.

A primeira é a política da Cidade para segurança alimentar e nutricional.

Existe uma legislação nacional, uma lei orgânica de segurança alimentar e nutricional, e a Cidade não tem uma política de segurança alimentar.

Apenas para que tenhamos noção: para a política de abastecimento estão previstos no documento seis milhões de reais para alimentar 12 bilhões de pessoas. Fora isso, há outras tantas rubricas que implica a questão da segurança alimentar, mas estão espalhadas em todas as secretarias. E essa é a principal reivindicação que apontamos para a Administração: como estudar, como observar, como acompanhar a implantação e a execução orçamentária quando não conseguimos ver no Orçamento as ações transversais, intersetoriais, que estão em todas as Secretarias. Nós, inclusive, pleiteamos uma audiência pública sobre segurança alimentar, que não foi viabilizada, porque não conseguimos perceber qual é o interesse da Administração em valorizar essa agenda – assim como o Governo Federal tem feito com os diversos programas na área de segurança alimentar e nutricional.

Outro aspecto que quero observar, e que não é possível ver garantido no Orçamento, talvez pelas conversas paralelas que ocorram – aí na Mesa, por exemplo – é o que

está previsto para garantir a efetiva participação da população nos rumos da Cidade.

Todos os conselhos da Cidade hoje estão ao Deus dará, como espaços de simulacros da participação, não conseguem decidir as questões de fundo, as quais dão a tônica da Cidade e acabam, infelizmente, sendo espaço, apenas, para legitimar as decisões do Governo.

Como é possível observar no Orçamento, os espaços para fortalecer esses conselhos são pequenos. Vejam, por exemplo, que o Conselho Municipal de Segurança Alimentar tem a módica quantia de mil reais. Só mil reais previstos para o conselho! Perguntamos ao Secretário Municipal de Subprefeituras: Como eles gastariam os R\$ 85,00 mensais? Como seriam aplicados esses R\$ 85,00 mensais?

E a resposta é, mais uma vez irônica, para a Cidade: “Venha tomar, comigo, um cafezinho e a gente conversa”. Porém, não é essa a resposta que desejamos. Queremos uma resposta pública e políticas públicas para a Cidade. Depois, eu até procurei para tomar um cafezinho e, jamais, os leões de chácara deixaram a gente conversar com o Secretário. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Chamo a Sra. Irene Batista e, em seguida, o Sr. Leandro e, em seguida, o Sr. João D’Amaro.

**A SRA. IRENE BATISTA** – Bom dia a todos. Sou Irene, do Sindsep.

Antes de sermos servidores públicos, somos cidadãos da Cidade de São Paulo. Por isso, tudo que está sendo dito nos preocupa.

Mas, nesse momento, nós do Sindsep estamos preocupados sobre a colocação do Secretário Chammas ao elencar a destinação do orçamento no que tange ao ‘grupo de pessoal’.

Nesse ‘grupo de pessoal’ está incluído o reajuste para o próximo período, de 2012? Foi pensado no reajuste? Ou teremos a continuidade do fatiamento da categoria, com reajustes para uns – não que não mereçam -, mas deixando outros de fora, quando todos merecem.

E ao falar ‘todos’, estamos mencionando dos trabalhadores ditos essenciais, principalmente, pois se é essencial é porque paga mal. (Palmas).

**A SRA. IRENE BATISTA** – E essa essencialidade ficou esquecida durante esse período todo. É preciso que seja lembrada no próximo orçamento. Não dá para engolir mais que um sepultador tenha um piso salarial mínimo de R\$ 630,00 a partir de agora, mas que para chegar nesses R\$ 630,00 ele não pode ganhar nada mais além do que esse valor mesmo. Se ele chegar aos R\$ 630,00 com seu quinquênio, com sua sexta parte, ele não terá mais nada.

Então, como é isso: dar 11.23% para o QPS Saúde, ou seja, para os profissionais específicos da Saúde, sabendo que a Saúde não é composta só de profissionais específicos da Saúde. Ou os companheiros que abrem a porta para o paciente, ou mesmo os companheiros que fazem o registro do paciente ou os que orientam as pessoas nas Unidade de Saúde – mais de 500 no Município – não contribuem com a ação da Saúde no Sistema Único de Saúde? Eles também tem de ter reajuste.

E todos os outros trabalhadores de todos os outros setores - que não tiveram reajuste exorbitante, por conta dos cargos que ocupam -, tem de ter a extensão dos 11.23% e também de estar dentro desse conjunto de pessoal com relação à proposta de reajuste salarial para o próximo período.

Estamos hoje aqui para dizer que desejamos 11.23% para todo mundo, mas queremos as reposições das nossas perdas e não mais o fatiamento, transformando o setor do servidor público numa grande pizza, fatiando as pessoas.

Aproveitando a oportunidade, pois meu tempo deve estar se esgotando, nós, do Sindsep, vimos denunciar algo que vêm acontecendo na rede municipal: o assédio moral. O Sindsep está lançando a campanha de combate a essa prática, pois “fatiar” trabalhadores; colocar, no mesmo setor, no mesmo lugar, trabalhadores com salários muito diferenciados – alguns com salários altos e outros, com salários bem lá embaixo – é prática, sim, de assédio moral, e temos de combater isso. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Leandro.

**O SR. LEANDRO** – Cumprimento o Presidente desta audiência pública, os demais Vereadores, os Secretários Mauro Ricardo e Rubens Chammas e os demais presentes. Em primeiro lugar, quero lembrar, Sr. Secretário Rubens, que a Prefeitura não cumpre nem a lei salarial do Município. Em média, a Prefeitura tem gasto 29% com o funcionalismo. Essa é uma lei do tempo do Prefeito Maluf, uma lei de arrocho salarial. Em nossa campanha deste ano, colocamos dois pontos: primeiro, a reposição do índice – que era de 39%, agora está por volta de 47,56% -; e, segundo, a mudança da lei salarial. Essa lei precisa ser mudada! Enquanto essa lei não mudar (palmas), vamos viver sob o arrocho salarial. Sabemos que a política da Prefeitura tem sido a da terceirização por OSs, que combatemos. Nós, inclusive, comparando essa situação dos servidores com a política de reajuste dos Vereadores e do Prefeito, para cargos de primeiro e segundo escalão da Prefeitura e temos a dizer que quem toca efetivamente a máquina da Prefeitura são os trabalhadores que estão na ponta. (Palmas) Isso é importantíssimo.

O Secretário trouxe-nos um dado de 8,8 bilhões, uma receita que vem crescendo 19% com a lei de arrocho salarial. Quando é que vamos mudar isto: cresce a receita e o gasto com funcionalismo continua o mesmo? A companheira que me antecedeu falou sobre fatiamento, fragmentação, retaliação. Essa é uma política que, inclusive, não atinge os aposentados da Prefeitura, porque os servidores, depois que se aposentam, não têm política salarial. Nós, servidores da ativa hoje, seremos os servidores aposentados de amanhã.

Por último, Sr. Secretário, infelizmente a previsão de gastos com o funcionalismo para o ano que vem está muito aquém. Nossa reivindicação é que se apresente uma emenda para que se possa dar um aumento digno, que dê condições adequadas para os trabalhadores de todos os setores, e não fatiar-se, fragmentar-se, como tem sido a política da Prefeitura. Como esta é uma audiência pública importante, nós reconhecemos que temos um papel importante a desempenhar, trabalhando bem para a Prefeitura de São Paulo, e por isso

fazemos essa reivindicação em nome do Sindicato dos Servidores e de todos os trabalhadores públicos do Município de São Paulo. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. João.

**O SR. JOÃO** – Bom dia, Srs. Vereadores, Srs. Secretários e demais presentes. Somos da Associação de Engenheiros e Arquitetos Municipais de São Paulo. Serei breve. Entregamos uma lauda à Mesa na qual consta um recurso extraordinário do Supremo Tribunal, em cujo relato do Ministro Marco Aurélio Mello é muito claro e contundente quando diz que todas as Administrações Públicas do País têm de repor, no mínimo, a inflação anual. (Palmas)

Esse relato está muito propenso a ser aprovado e ser for aprovado a ação inicial, o órgão inicial vai ter de pagar com juros e correções monetárias todas as perdas salariais, dos últimos dez anos. Faço um apelo à Mesa, que é melhor prevenir que remediar e sendo aprovado, poderá acarretar, inclusive, um prejuízo maior para Prefeitura do Município de São Paulo que não queremos prejuízo da Prefeitura do Município de São Paulo, queremos um salário digno. A reivindicação é o seguinte: que se insira no orçamento do próximo ano a reposição das perdas, que podemos calcular, que hoje está girando em torno de 40%. Esse é um apelo que faço, isso é de justiça e para todo o funcionalismo em geral. Obrigado.

**O SR. OSVALDO** – Bom dia a todos. É com indignação e com espanto que nós trabalhadores da cultura e cidadãos dessa cidade, estamos mais uma vez nesta Casa, para nos posicionar contra o corte no orçamento da Secretaria Municipal de Cultura, assim como cortes em outras pastas. Momento em que a Prefeitura do Município de São Paulo teve um aumento de 10% na sua arrecadação, a Secretaria de Finanças propõe um corte no orçamento da Secretaria de Cultura para o ano de 2002, que chega a mais de 60 milhões. É um escândalo essa situação, já que a secretaria tem programas como fomentos ao teatro e dança, o vai vocacional entre outros que são exemplos de políticas pública de cultura em todo o País. a lógica mercantil que prefere aumentar em 200% salários dos subprefeitos da Cidade de São Paulo, assinar contratos com fortes suspeitas de fraudes, asfaltar cidade com material que

resiste no máximo sete anos por exemplo, relegam a cultura e a educação um lugar secundário na vida da cidade. cultura não pode ser encarada como mercadoria e é obrigação do poder público possibilitar condições a sua produção e fruição. Por isso nos colocamos críticos a privatização da cultura por meio da transferência de verbas e de gestão as organizações privadas como OSs, fundações, OCIPs e ONGs. Nós que reivindicamos a clareza política de movimentos como arte contra barbárie, movimento 27 de março, a rede brasileira de teatro de rua, roda do fomento, mobiliza dança, cooperativa de dança, movimentos dos trabalhadores da cultura, que ocupou a Funarte, além do acumulo de mais de 30 anos da cooperativa paulista de teatro não temos o direito de ser tímidos e por isso exigimos urgentemente o valor integral do programa municipal de fomento a dança, orçamento das atividades do centro cultural São Paulo, programa de iniciação artística, todos os itens orçamentários da área da cultura e reforma, já, do teatro Flávio Império, desde sempre tratado como patinho feio da Prefeitura do Município de São Paulo que está quase a uma década fechado e que finalmente depois da criação dos ultra projetos da Prefeitura/Estado, para atender as demandas celetistas da Copa, aparecem com uma proposta de reforma que já foi aprovada, no entanto, sem consulta com a população.pedimos, portanto uma reunião urgente com o Secretário de Cultura, com a comunidade local para escutar as demandas e as necessidades e reformular esse projeto. E para finalizar, qual a justificativa nos cortes.

**A SRA, TELMA** – Bom dia a todos. Sou Psicóloga concursada da Prefeitura do Município de São Paulo, trabalho no CAPs de Guainazes, para quem não conhece o CAPs é um serviço que atende pacientes com doenças mentais, e lá é um ambiente bastante complicado, o tipo de trabalho, não só pelo tipo de doença mas pelo contexto de problema. Problemas sociais, pobreza.

Então, quero dizer algo rápido sobre a felicidade: acho que para sermos felizes - não só o profissional de nível superior ou quem não tem – nesse mundo e nesse sistema capitalista, precisamos ter certo poder aquisitivo, a fim de manter a saúde, poder estudar, se

realizar como profissional prestador de serviços.

Atualmente, o salário que, principalmente, os profissionais de nível superior estão ganhando – imaginem quem não tem a faculdade... mas não gosto de classificar em níveis, somos iguais e cada um de nós somos importantes nas nossas funções -, não conseguimos comprar um apartamento, o salário acaba antes do fim do mês, e não é bom pedir empréstimos em bancos porque é uma bola de neve, não conseguimos estudar, ter lazer, não conseguimos ser felizes. (Palmas)

Quando vocês aumentam só o salário de funcionários de primeiro e segundo escalão... Isso não existe. Todos nós, servidores, somos de primeiro escalão, porque servimos a população. (Palmas)

Gostaria de dizer aos senhores que não está sendo possível ser feliz.

Se tivermos um aumento de salário decente, que, realmente, dê para estudarmos, passearmos, descansarmos e sermos felizes... No que a minha felicidade vai interferir na felicidade de vocês? E por que vocês não querem que sejamos felizes? Meu apelo é esse: por favor, queremos que sejam felizes na condição de vocês. Mas queremos ser felizes também, dependemos uns dos outros enquanto seres humanos.

Por favor, pensem com carinho no reajuste de salário para dar uma vida digna a todos nós. (Palmas)

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Sérgio.

**O SR. SÉRGIO** – Bom dia, Srs. Vereadores, Secretários, Cidadãos, Servidores Municipais, os Secretários trataram de alguns assuntos sobre o orçamento do ano que vem. Eles disseram que tem uma previsão de aumento de receita – não me lembro se falaram, mas foi noticiado na grande mídia -, uma reserva de 7 bilhões e sinalizaram uma preocupação com a crise mundial. Mas quero lembrá-los que o Brasil combateu a crise mundial de 2008 botando o dinheiro para circular e não guardando dinheiro. Foi assim que os trabalhadores superaram a

crise no Brasil. (Palmas) Os especialistas dizem que foi com o aumento do salário-mínimo e com maior número de postos de trabalho que combatemos a crise. Não será injetando dinheiro no sistema financeiro que combateremos a crise. Dessa forma, só ajudaremos os bancos.

Os servidores municipais têm uma perda de 39,7% até dezembro de 2010; agora, temos o índice de 47,6%. (Palmas) Enquanto isso, temos um reajuste de 0,01% para uma grande parcela de servidores municipais, segundo Sempla, cerca de 25 mil trabalhadores; sendo que para mais de 27 mil da Saúde só está previsto 11,23%, conquistado a duras penas, em virtude de uma greve que fizemos durante este ano, com muita mobilização somente esse reajuste.

Ora, isso tem de ser extensivo aos 25 mil trabalhadores, que não têm os reajustes da Educação, da Guarda Civil, nem sequer previsto o reajuste de 0,01%, que também não nos interessa. (Palmas)

Onze vírgula vinte e três por cento é muito pouco, mas é bastante para começarmos a pensar em aquecer no ano que vem, e, inclusive, vir dinheiro para a própria receita do Município.

Outra coisa: 236% foi o reajuste dado ao segundo escalão, porque foi entendido que só pode haver um trabalhador de qualidade se você investir nesse trabalhador. Então, como é que você pode ter um serviço público de qualidade se não há investimento no servidor público municipal? (Aplausos)

Precatórios. Tem de estar previsto, em seu orçamento, o aumento dos precatórios. (Aplausos)

Mais uma coisa, Sr. Secretário Rubens Chammas, gostaria que o Sr. dissesse se é verdade ou não. Foi dito por alguns colegas, nesta Casa, que foi o Sr. Secretário Rubens Chammas que pediu para tirar do PL 332 a entrada dos Agentes de Apoio no quadro da Educação, o que estava previsto e anunciado publicamente, inclusive pelo Sr. Secretário Alexandre Schneider.

Portanto, gostaria de ouvir essa resposta, porque isso foi um prejuízo para essa categoria que já está, há muito tempo, trabalhando na Educação e sendo fatiada para o canto.

Muito obrigado. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra a Sra. Fátima.

**A SRA. FÁTIMA** – Bom dia a todos.

Início dizendo ao Sr. Secretário Rubens Chammas que a política de meritocracia veio por terra, porque se fosse boa seria aplicada ao primeiro e segundo escalões, aos Vereadores. Então, cai por terra essa política. (Aplausos)

Porque o que não é bom para os Vereadores, para os Secretários, para os Subprefeitos, não pode ser bom para quem realmente produz: Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer, Obras, Combate a Endemias, e, por fim, sepultar - quando já não podemos mais pagar nossos impostos e morremos.

Esses companheiros da Funerária fizeram uma greve, porque o trabalhador não pede greve, mas, sim, reajuste salarial. A greve quem pede é o patrão que não atende às mínimas reivindicações. (Aplausos)

Também, estamos perdendo nossos Aposentados porque estamos há anos sem reajuste, justamente em uma fase delicada da vida, em que adoecemos, em que precisamos de medicamentos. Perdemos o Vale Alimentação e digo que o aposentado continua comendo. Então, precisamos urgentemente mudar essa situação. (Aplausos)

Os nossos Operacionais e Nível Médio também precisam de melhorias. Estão na Defesa Civil trabalhando aos finais de semana, enfrentando todo tipo de risco sem receber remuneração decente, nem extra ou qualquer outra coisa que valha deixar a família no final de semana.

Outra coisa, Secretário, será muito bom se o senhor puder nos ouvir, receber os sindicalistas, que são os legítimos representantes da categoria de trabalhadores. (Aplausos)

Inclusive, nessa política de meritocracia os trabalhadores e trabalhadoras estão

fora, porque a Prefeitura desconhece a existência deles. Então, em algum momento, solicitamos que o senhor nos receba. Não queremos atrapalhar o serviço público, a Cidade. Queremos ajudar. Queremos somar na solução de todos os problemas existentes.

Enfim, espero e peço encarecidamente que sejamos atendidos.

Muito obrigada. (Aplausos)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Se os senhores puderem concluir a fala em período menor que três minutos, isso ajudará os nossos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Neusa.

**A SRA. NEUSA** – Bom dia a todos.

Gostaria que vocês fossem os mais carinhosos possíveis em relação à questão do funcionalismo público, principalmente, da Saúde. Sou funcionária pública municipal com orgulho, mas hoje se o Prefeito Gilberto Kassab não estivesse no final de mandato, os médicos, técnicos, enfermeiros, auxiliares e pessoas de outros segmentos iriam pedir o impeachment do Prefeito.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

**A SRA. NEUSA** – Encontrei com um médico hoje de manhã, que me disse: “Em toda minha vida, quase 30 anos de medicina, concursado, nunca vi um Prefeito tão ruim quanto esse Gilberto Kassab.” Um Prefeito que não respeita o médico, porque sem o médico não existe enfermeiro, técnico, auxiliar, ninguém, porque tudo é um conjunto e não estamos sendo respeitados.

Também peço que nos deem o nome de todos os Vereadores, porque queremos lembrar de deles no próximo ano, em que haverá eleição. Queremos saber quais deles serão a nosso favor.

Outra coisa, o respeito deveria englobar os precatórios de 85, que já estão caducando. Daqui a pouco passa para neto, bisneto e às vezes nem eles recebem.

O último Prefeito que lembrou do funcionalismo, de dar um aumento, foi a Erundina.

De lá para cá acabou. Não sabemos em quem votar, porque prometem e nada cumprem.

Obrigada. Peço que pensem com carinho.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Informo que o Secretário Marcos Cintra estará presente às 15h, para responder as questões.

Tem a palavra a Sra. Iara.

**A SRA. IARA** – Bom dia a todos. Há 17 anos o servidor municipal não recebe aumento. É o servidor municipal de primeiríssimo escalão, não é de terceiro, porque sem esses funcionários não há abertura de processo, não há abertura de licitação, funcionários não são admitidos, porque o RH não pode funcionar, laudas não ficam prontas, então acredito que antes de qualquer coisa, o terceiro escalão, como foi supostamente chamado, o funcionalismo que não tem aumento em detrimento de outros que ganharam até 210%, esse pessoal é o que leva a Prefeitura a ter o orçamento que foi apresentado.

- Manifestação na galeria. (Palmas)

**A SRA. IARA** – Sem o trabalho do pessoal que está aqui, a Prefeitura não arrecadaria, porque as praças de atendimento não funcionariam e nenhum funcionário estaria trabalhando. Hoje a Prefeitura vai para frente porque os funcionários têm garra, só isso, porque o salário que o funcionário recebe é indecente.

Lembro também que o funcionário aposentado está sem reajuste e sem receber a sopa de letrinhas que vem sendo empurrada para os funcionários em detrimento do nosso Estatuto que prevê a gratificação de desempenho na qual incide a sexta parte, quinquênio e tudo mais.

O funcionário recebe a gratificação de desempenho como um prêmio a parte.

Obrigada.

- Aplausos na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra a Sra. Natália.

**A SRA. NATÁLIA** – Gostaria de cumprimentar todos os trabalhadores incansáveis na luta e falar que este sistema simples e pequeno em que temos três minutos de fala e vocês falam o quanto quiserem, normalmente, sempre que venho aqui, retoricamente sem responder a nenhuma das nossas questões, reflete o sistema que vivemos hoje...

- Aplausos na galeria.

**A SRA. NATÁLIA** – ... do trabalho precarizado, da privatização e de tudo o que o Prefeito está tentando fazer apoiado por vocês que não estão indo contra.

Vim falar hoje como trabalhadora da Cultura, mas reforçando a briga de todos que falaram por que me senti muito contemplada, pois somos trabalhadores e a luta é a mesma.

Em 2009 viemos aqui e todos os anos temos de vir. Em 2009 tentaram cortar metade da verba destinada à Cultura. Viemos em massa e, de repente, tiraram da cartola 50 milhões de reais que foram investidos no ano de 2010.

Em 2011, novamente, estão querendo cortar a verba para a Cultura em 60 milhões de reais. Pelo visto não é só da Cultura em um ano em que a arrecadação do Município aumentou em 10%.

Sinto-me inútil de falar, pois parece que não adianta. Encerro faltando dois minutos para que vocês utilizem para responder qualquer uma das questões feitas aqui.

- Aplausos na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Vlamir. Em seguida o Sr. Fábio Siqueira e o Sandro.

**O SR. VLAMIR** – Bom dia a todos. Sou do Sindicato dos Servidores Municipais, servidor público a mais de 20 anos. Assistimos, este ano, indignados, os aumentos que esta Casa concedeu ao primeiro e segundo escalão. É impossível tratar o funcionalismo da maneira que esta Prefeitura o faz. Há dinheiro para conceder reajuste de 300%, 200% e assim por diante, enquanto aos servidores aplica-se 0,01%.

Este ano os servidores fizeram uma paralisação e um setor está sendo penalizado porque está indignado em continuar recebendo o salário de 440 reais.

- Aplausos na galeria.

**O SR. VLAMIR** – O Orçamento aumentará para 38 bilhões de reais, mas os trabalhadores continuarão a receber menos do que um salário mínimo nesta Prefeitura. Nós, trabalhadores, não consideramos gratificações, abonos – que excluem vários trabalhadores e aposentados -, então, não dá para manter esta política salarial. É necessário mudar.

Para mudar tem de começar no 11,23 para os servidores que não obtiveram nenhum reajuste. Este seria o passo que esta Prefeitura deveria incluir no Orçamento.

Não basta, Sr. Secretário, só nos receber. Tem de atender as reivindicações.

- Aplausos na galeria.

**O SR. VLAMIR** – 38 bilhões é possível, sim, discutir. Os senhores aumentaram mais de 300% o salário do Prefeito, do Vice, dos Secretários, Subprefeitos e assim por diante.

Os servidores estão aqui hoje lotando esta Casa, reivindicando uma mudança na política salarial. Essa política salarial começa pagando, pelo menos, a inflação dos trabalhadores o ano que vem.

Os 11% são para discutir as perdas salariais. Não dá. Temos servidores operacionais ganhando 702 reais na Educação, enquanto o pessoal está sendo perseguido pela Portaria 960, da Funerária, começa com 440.

Que política é essa, Sr. Secretário, que esses podem ter essas diferenciações ou mesmo alguns receberem gratificação e outros que prestam serviços para a população não possam ter? É necessário mudar essa política.

Hoje, estamos aqui para apontar aos Vereadores que este ano de 2012 possa mudar e ser diferente para os trabalhadores que atendam a cidade de São Paulo e prestam serviço à população e que seja mudada essa política. Não dá para continuar vendo organizações sociais ganhando três vezes mais que trabalhadores da saúde, trabalhando na

mesma unidade e assim por diante.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Bom dia a todos. Fomos testemunhas de que neste um mês e meio estavam os Vereadores presentes aqui em todas as audiências e também o ex-Vereador Odilon Guedes, que faz um grande trabalho, criticando esse Orçamento.

Ele não corresponde à realidade, ele excluiu o Pro-Jovem e agradecemos à comissão que descreveu as falhas do relatório do Prefeito Kassab e até diria assim exclusões não explicadas como o Pro-Jovem, Começar de Novo, (palavras inaudíveis), Orçamento Participativo, tudo isso voltou para o Orçamento, porque a população exigiu, a Câmara Municipal se sensibilizou e o Poder Executivo não queria fazer isso.

Também no sentido do projeto do aumento do segundo escalão, é uma vergonha para esta Casa, foi publicado dia 23 de novembro e aprovado em 23 de novembro, de forma inédita nesta Casa. No dia que publicou foi votado em primeira votação, as pessoas têm de justificar essa questão. Por que não usam isso para extinguir o 0,01%. Essa vergonha tem de ser extinta da legislação municipal! O projeto do segundo escalão tem de votar rápido para extinguir o 0,01%. Essa injúria, essa mentira que existe em São Paulo.

A questão da privatização. Falou-se aqui em OSs, em OSs no esporte, na saúde e na cultura. É a cara da gestão Serra/Kassab privatizar, mercantilizar. A denúncia está aqui na *Carta Capital* foi feito no Governo Federal, Governo Estadual e agora Governo Municipal. Exigimos o fim das privatizações, respeito aos funcionários públicos que passaram num concurso público, têm de ser respeitado pela gestão.

Finalmente, a OS na saúde, metade do dinheiro da saúde vai para empresas privadas, empresas de OSs, são dois bilhões de reais. Isso tem de acabar! Revogação até porque três OSs já foram condenadas no Tribunal de Contas do Município. Ou seja, a empresa condenada, com irregularidades e recebendo dinheiro da Prefeitura, empresas ligadas a ordens do exterior, Gessi *World* (?) Espanha, Via Pública, nada disso é respeitado.

Exigimos e o Orçamento Participativo voltará no ano que vem, já está no Orçamento transparência total da verba, fim dos malfeitos, fim das arbitrariedades, do autoritarismo. A nota do Prefeito Kassab é 3,9, ou seja, rejeição de 70% da população e revela os absurdos desse Orçamento e isso vai mudar com certeza.

No ano que vem, população participe e vote melhor nos Vereadores para mudar esse Orçamento.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Sandro.

**O SR. SANDRO** – Caros senhores da Mesa, venho aqui para ressaltar a fala do Oswaldo, pois enquanto se gastam milhões, talvez bilhões para erguer o estádio de Itaquera, a gestão pública atual propõe corte na cultura. Os trabalhadores da cultura repudiam veementemente esse projeto de cortes na cultura.

Precisamos de uma gestão pública que reconheça e conheça a cultura da cidade.

Muito obrigado.

(Palmas)

**A SRA. CASTÁLIDE (?)** – Bom dia a todos. Sou clínica e trabalho exclusivamente na Prefeitura, entrei, em 1990, atualmente tenho dois vínculos. Num deles estou com licença sem vencimentos. Agora, atendo à tarde na Bela Vista.

O que nós vemos, infelizmente, enquanto cidadã tenho o compromisso de trabalhar na saúde, ser médica e clínica. Dá vontade de desistir, é lógico. Mas olhamos a sociedade e vamos desistir da sociedade? Que raios de ser humano eu sou? Vou para onde? (Palmas)

Então, como que a gente consegue dar sustentabilidade a uma sociedade e justiça? Vamos ver o Rio de Janeiro, também, a ausência do Estado na saúde, na educação, a gente está transformando isso daqui também e entregando para o poder paralelo, em todos os níveis, porque enfraquecemos o Estado.

Que compromisso a gente tem, que seriedade a gente tem ao tratar dessa forma os

trabalhadores? Como aceitar esse entreguismo de terceirização, sabendo que isso tudo vai destruir e corroer a sociedade em que todos nós participamos? Nós também vamos sofrer as consequências, em todos os níveis da sociedade, dessa violência que se comete com o cidadão. Essa indignidade que se entrega (Palmas), não podemos aceitar isso. Nós estamos destruindo tudo isso.

Hoje em dia temos a terceirização, a contratação sem critério de qualificação, temos entrega para pessoas que desconhecem o processo de trabalho, sem conseguir desenvolver programas e diretrizes, porque são pessoas que não conhecem nada. Segundo e primeiro escalão, quem são eles? De onde vêm? Que história têm? Eles vão saber fazer algo para (Palmas) melhorar a nossa sociedade e o nosso trabalho?

Estamos sem estrutura de serviço, diga-se que falta espéculo vaginal há um mês, nas unidades de serviços da Prefeitura e o câncer de colo é um dos que mais grassam por aí. É uma vergonha a gente ainda ter câncer de colo e não ter a prevenção. (Palmas)

Por conta disso, quero compartilhar com todos a necessidade do grito de, em algum momento, repensar no que é o compromisso com a sociedade e essa nossa cumplicidade. Não podemos nos entregar.

É isso, por enquanto. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Concluídas as falas, considerando que as principais manifestações foram na área do funcionalismo, esta relatoria tem em perguntas, mas fará uma, que interessa principalmente aos funcionários presentes.

Secretário, vários sindicalistas estiveram aqui, mas algo me preocupa, não só com a Peça do ano seguinte, mas daqui a 10 ou 20 anos. Trata-se do IPREM.

Temos um rombo hoje, calculado pela minha assessoria, de 1.466 bilhão, o que significa isso? Se olharmos com um aporte de 53,22 para 2011; 2021 57%. Nessa curva de crescimento, obviamente observando o aumento de aposentadorias, isso é muito grave para os funcionários. Hoje as pessoas brigam pelo presente, mas vamos olhar para um passinho à

frente, que é a aposentadoria daqueles que quando mais necessitarão dos seus recursos estarão recebendo do IPREM.

Hoje custo do IPREM é de 3,765; para 2012 a sua receita é 3,772, sobra um buraco de 1,4 bilhão que a Prefeitura paga, fazendo frente a esse rombo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não, não. Não tem mais essa dívida. É um equívoco. Não, não. Não vou debater. Estou aqui em defesa do IPREM.

Nós fizemos um estudo técnico e não há mais essa dívida. A Prefeitura não deve mais ao IPREM. Está hoje aportando, pondo dinheiro todos os anos da ordem de o rombo que estou falando é que a Prefeitura vai colocar, todo ano, 1,4 bilhões de reais para cobrir o déficit. Isso sim preocupa o funcionalismo. Os sindicalistas aqui presentes têm de abrir uma agenda nessa direção.

Nós estamos assistindo a Grécia reduzindo a contribuição dos funcionários, assim como a Itália. Vamos ver isso na França e em Portugal, porque em algum momento vamos ter que dar atenção a isso. Não adianta colocar venda nos olhos hoje. O buraco é enorme.

Esteve depondo em audiência pública o Presidente do Iprem. Faço minha as palavras dele. Uma das preocupações no aspecto salarial, não só presente, é com a questão do Iprem. Se nós, a Prefeitura e todos os funcionários, não fizermos um estudo, olharmos para essa questão do rombo não se reduzir e ele ser sustentável de uma ou outra maneira, hoje, a Prefeitura tem condições de dispor desse recurso.

Imaginemos que nessa curva de crescimento, venha uma crise que, – a meu ver – hoje, não atinge o Brasil, neste momento não. Mas, nós não sabemos daqui cinco ou dez anos o que vai acontecer. A perspectiva é boa, mas se a curva se inverter só um pouquinho com esse crescimento que estamos vendo, em 2041, teremos 66% de aporte, vai estourar e haver redução mais à frente. Nós fizemos uma progressão de 2001, 2021, 2031 até 2051; se caminharmos nessa perspectiva, 70. A capacidade de investimento da Prefeitura, hoje, é de

apenas 7,5% de seu Orçamento. O resto são todas receitas comprometidas.

Temos de olhar com base no Orçamento do Iprem, que é dos senhores, não está se sustentando. Não adianta o sujeito gritar aqui hoje, se não parar com frieza e fizermos assembleias técnicas com a Prefeitura para olharmos para o futuro. Talvez, isso não seja suficiente hoje. É impossível discutirmos sobre o tempo hoje, mas se não concluirmos essa agenda, todos os aposentados, aqueles que hão de se aposentar, terão problemas graves no Iprem, muito graves. Nós temos de olhar para essa agenda.

Eu faço um apelo aos Srs. Secretário de Planejamento e de Finanças que abram uma agenda para discussão, que é a mais séria a meu ver, neste momento, sobre perspectiva de futuro, porque é a hora em que temos de ajustar e acertar esse rombo de 1,466 bilhão de reais.

Passo a palavra ao Sr. Secretário de Finanças para que possa responder as questões e, em seguida, ao Sr. Secretário de Planejamento.

Tem a palavra o Sr. Mauro Ricardo Machado Costa.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Primeiro, qual o prefeito que não quer dar aumento salarial aos seus funcionários?

- Manifestação na plateia.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Basta que se olhe o Orçamento da Prefeitura e, a todo ano, os senhores irão observar um crescimento de 12 ou 13% na despesa de pessoal. Como houve esse crescimento na despesa de pessoal?

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço a compreensão dos presentes. O Sr. Secretário ouviu as questões. Peço, respeitosamente.

- Manifestação na plateia.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O tempo de V.Exa. é curto como o dos senhores. Peço que os senhores permitam que V.Exa. concluisse o raciocínio ao todo, pois

uma pergunta hoje que não ficou clara pode ter nexos com outra. O Sr. Secretário tem de responder o conjunto da sua manifestação para que os senhores possam concordar. Eu, não; mas é preciso que S.Exa. conclua o raciocínio. Foram várias perguntas interligadas entre si. Todas tratam da pasta do funcionalismo. Então, é preciso compreensão.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Como podemos observar, ao longo dos anos, desde 2005, tem havido crescimento significativo com despesas de pessoal. Os senhores podem observar, no orçamento, crescimento de 12%, 13% e, às vezes, 14% em relação à despesa do ano anterior. Isso significa que houve reajustes salariais em várias categorias.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vamos permitir que o orador conclua seu raciocínio.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Insisto novamente. Vamos permitir que o orador conclua seu raciocínio. O Sr. Secretário anotou todas as perguntas.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Se o Sr. Secretário não concluir seu pronunciamento, não haverá respostas. Aqui ninguém veio brincar. Estamos aqui para trabalhar, e o assunto é sério. Peço, gentilmente, que permitam que o S.Exa. se pronuncie. Todos aqui ouviram. O Sr. Secretário anotou as respostas para cada um dos inscritos. Agora precisa responder.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Manifestações interrompem o raciocínio e a conclusão dos trabalhos.

Pode continuar, Sr. Secretário.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Tanto isso é verdade que esta Casa aprovou inúmeros projetos de lei concedendo vários aumentos salariais a diversas categorias de servidores.

- Manifestações na galeria.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Os senhores podem verificar isso, no *Diário Oficial da Cidade*, em diversas leis aprovadas. Não se aumenta o gasto do funcionalismo sem que sejam concedidos aumentos salariais. Isso ocorreu e tem a devida comprovação, não só pelos projetos de lei aprovados como pelo gasto do funcionalismo ao longo dos anos. Hoje o gasto de pessoal da Prefeitura consome 1/3 do orçamento. Dos 38 bilhões de reais, orçamento de 2012, proposta orçamentária para 2012, está consignado, como gasto de pessoal, algo em torno de 13 bilhões de reais.

- Manifestações na galeria.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Isso é o que se gastará, em 2012, com o funcionalismo. Logicamente, gostaríamos de gastar mais do que 13; talvez 14, 15, 16 ou até 20 bilhões de reais. Não há somente o gasto com o funcionalismo. Não podemos gastar 38 bilhões de reais com o funcionalismo da Prefeitura. Há diversos outros gastos de obrigação da Prefeitura, seja com Saúde, Educação, limpeza da cidade, asfaltamento, Assistência Social e Cultura.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Se pessoas falam enquanto o Sr. Secretário fala, não ouvimos. Estou com dificuldade de entender aqui ao lado.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Sr. Secretário está com a palavra.

- Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – (fazendo soar a campainha) – Respeitosamente, fiz as inscrições de todos. Demos o tempo, democraticamente, para todos se

pronunciarem. O Sr. Secretário deseja falar, e está falando. Ao lado, estou com dificuldade para ouvir. Gritos atrapalham e geram bagunça. Com gritos, não consigo ouvir ao lado.

Eu estou com a palavra!

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu vou ser muito claro: não dá para conduzir uma audiência pública em que se estabelece uma bagunça. Se o objetivo é esse...

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – (Fazendo soar a campainha.) Se o objetivo é esse, muito claramente: ambos os Srs. Secretários ouviram em silêncio, anotaram as questões, mas cada vez que alguém fala, atrapalha quem está ouvindo. Até eu, que estou aqui do lado, não estou conseguindo escutar. Fica difícil. Não é possível entendermos ou estabelecermos um diálogo, um debate se todos falam e gritam ao mesmo tempo. Não é possível isso, e eu não conheço outro mecanismo, num regime democrático, que não seja o de um falar e o outro escutar.

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Eu estou na presidência dos trabalhos tentando conter os ânimos. Até entendo o porquê, mas é preciso se conter e ouvir o Sr. Secretário. Por favor.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Um dos grandes problemas que temos em relação ao Orçamento Público Municipal é a questão da dívida contratada com o Tesouro Nacional. O processo de refinanciamento da dívida foi de aproximadamente 11 bilhões de reais, e esta cidade, ao longo dos dez anos desde o momento em que foi contratada até 2010, já desembolsou em torno de 16 bilhões de reais e ainda deve 46 bilhões de reais. Isso tem consumido da Prefeitura recursos significativos que, eventualmente, poderiam estar sendo disponibilizados até para reajuste salarial. Isto que o Vereador falou é de extrema importância: por ano, estamos despendendo, e está previsto no Orçamento de 2012, 4,2 bilhões de reais

para pagamento de dívida ao Governo Federal.

É necessário que haja um processo de negociação dessa dívida com o Governo Federal para que ela possa ser paga. Nós não estamos querendo dar calote na dívida com o Governo Federal, não, queremos pagá-las, mas sem prejudicar investimentos e aplicação de recursos importantes que precisam ser feitos no âmbito da Prefeitura. Se pudéssemos aplicar os 4,2 bilhões de reais em reajustes, poderíamos dar de aumento ao funcionalismo. Mas estamos pagando isso ao Tesouro. E vocês pensam que, ao pagarmos, a dívida está sendo abatida? Não. Pelo contrário, ela aumenta em torno de 6 bilhões de reais por ano. Pagamos 4,2 bilhões e o saldo devedor aumenta em torno de 6 bilhões de reais. Essa dívida de hoje, de 46 bilhões de reais, em 2030, estará em torno de 350 bilhões de reais, o que comprometerá 50% da receita própria da Prefeitura.

Esse é debate importante que precisa ser feito, e nós precisamos unir forças para conversar com o Governo Federal para que seja aberto um canal de negociação que, de fato, possa levar a Prefeitura a uma situação de solvência. Hoje, a situação econômica da Prefeitura é uma situação de insolvência, porque não podemos pagar 4,2 bilhões e ter o saldo devedor da nossa dívida aumentado em mais 6 bilhões de reais, deixando isso chegar a 355 bilhões em 2030. Então, é importante que possamos unir forças para, de fato, resolver problemas que são estruturais.

Outra questão importante abordada pelo Vereador Milton Leite é o Iprem, os gastos que aumentam de forma geométrica. É importante que possamos buscar alternativas para que, de fato, possamos garantir os recursos para pagamento das aposentadorias; do contrário, logo não teremos recursos para pagamento das aposentadorias.

Então, esses são problemas importantes que foram abordados pelo Vereador Odilon, pelo Vereador Milton Leite e pelos senhores em relação à questão da remuneração do funcionalismo. Queremos unir forças para encontrar soluções para essas questões. Queria agradecer a presença de todos e a oportunidade de podermos debater assuntos tão

importantes quanto esses.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, o Vereador Adilson Amadeu, único inscrito, pediu dez segundos antes das respostas do Secretário Rubens Chammas, pois tem compromisso e precisa sair.

Tem a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Bom dia a todos e a todas.

Sr. Presidente desta audiência pública, Milton Leite; Srs. Secretários Mauro Ricardo e Rubens Chammas, nobre Vereador Odilon Guedes, eu estou de passagem, estou Vereador e meu fígado está dolorido. Imaginem o dos senhores funcionários públicos.

O Sr. Prefeito que aí está para fazer o partido que fez todo o nosso oxigênio foi embora. E agora estamos aqui conversando e os senhores que são funcionários municipais, assim como boa parte da minha família, sofrem todos os dias.

Quando venho aqui e falo, pois não sou base, as pessoas acham que não estou bem das faculdades mentais. Estou bem, sim e falo a verdade. Realmente votei contra: o Itaquerão, a Água Espriada, o aumento do salário do Comando da Polícia Militar. Os senhores nem precisam porque não precisa, esqueçam até de votar em mim, Adilson Amadeu, mas façam exatamente o que estão fazendo vindo aqui falar a verdade. É muito fácil vir aqui e empurrar mais um ano ou dois. O Sr. Prefeito das 212 metas não cumpriu seis.

- Aplausos no recinto.

**O SR. ADILSON AMADEU** – E não vai cumprir. Não vim atrapalhar a audiência, só vim falar a verdade e vou continuar nesta tribuna mostrando que esse Sr. Prefeito não diz a verdade e está deixando São Paulo pior do que todos os anos anteriores.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou liberar o Secretário Mauro Ricardo. Agradecemos sua presença.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quero registrar a presença dos Srs. Vereadores Juscelino Gadelha, Carlos Apolinario e Atilio Francisco.

Tem a palavra o Secretário Rubens Chammas.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Primeiramente, agradeço as palavras do Vereador Odilon Guedes que tem sido um batalhador dessas questões econômicas e colega de profissão. Tem feito um trabalho muito forte no Corecon.

Como o Secretário Mauro Ricardo disse, a discussão dos macro números da Cidade são fundamentais para que possamos ter governabilidade. E o assunto da dívida é fundamental, pois é um dos componentes do orçamento. Não podemos achar que o orçamento é só investimento, é só custeio, é só pessoal. Dívida é um compromisso.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – A Prefeitura tem pago religiosamente as suas parcelas mensais, tanto da dívida quanto de precatórios. Então, essa é uma discussão que transcende o Executivo e o Legislativo. Temos de envolver, sim, a sociedade.

Desde janeiro de 2010, quando completamos dez anos da LRF, o Prefeito Kassab levou essa preocupação a Brasília. Abriu essa discussão junto com o Poder Público Federal. Não falo como Secretário, porque estou Secretário, mas como economista é fundamental que a gente abranja a comunidade, a sociedade organizada, os órgãos de classe para discutir 4,2 bilhões de reais que são pagos anualmente da dívida municipal.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Esse compromisso da dívida é um assunto que transcende essa discussão...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Acho que o senhor está equivocado.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Secretário Rubens Chammas está

tentando esclarecer, expondo a visão dele, até concordando com alguns presentes. O Sr. Odilon Guedes tem uma visão clara também com relação à dívida, que é o principal câncer da economia da cidade de São Paulo. Nós vamos quebrar...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A Cidade vai à falência se não resolvermos a questão dessa dívida. Sr. Odilon Guedes, quer fazer o uso da palavra?

- Conversa fora do microfone.

**O SR. ODILON GUEDES** – Pessoal, só peço um segundo. O Município, em 10 anos, pagou 16 bilhões. Pagou! Foi pago, saiu dos nossos impostos. Vejam: é um debate que precisamos fazer, inclusive poderia fazer um movimento sindical, um compromisso, o seguinte: o Prefeito renegociará a dívida e uma parte do que ele não pagar tem de ser apoio do funcionalismo. Essa é a lógica.

O Governo Estadual está na mesma situação. Este ano, o Governo Estadual pagará de juros da dívida 11 bilhões, que poderiam ser usados para fazer obras de Metrô e escolas.

E o Governo Federal, prestem atenção, pagará este ano 220 bilhões de juros, que vão para as mãos do Itaú e do Bradesco. E sai dos nossos salários! Esse é um debate interdito para a sociedade. Os meios de comunicação não divulgam isso.

Fui presidente do Sindicato dos Economistas, fui Vereador, e defendo os trabalhos a vida inteira. É fundamental essa discussão com o movimento sindical.

Não estou justificando, não estou discutindo o método do Governo Kassab. Eu tenho a minha posição em relação ao Governo. Sou crítico em relação ao Governo. Mas quero chamar atenção para o seguinte: Nós precisamos fazer um amplo debate e renegociar as dívidas do Município, do Estado e do Governo Federal, para que haja dinheiro para educação, saúde, para aumentar o funcionalismo.

Realmente não dá para o funcionalismo ganhar o que ganha hoje. Precisa melhorar

muito. O Estado é um prestador de serviço. Tem de pagar bem educação, saúde e todo mundo, inclusive os trabalhadores que enterram as pessoas. Isso é inadmissível! (Palmas)

Só para encerrar, Sr. Secretário, proponho para o nobre Vereador Milton Leite um debate nesta Casa sobre essa dívida, que precisa ser renegociada.

E o compromisso é esse. Uma parte é para aumentar o funcionalismo, assim conseguimos acertar as coisas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Obrigado. Sempre Vereador Odilon Guedes, tenho de esclarecer o seguinte: Eu fui Relator da CPI da dívida. Qual a origem desse buraco?

Houve uma emissão de títulos ilegais no Governo Maluf. O Governo Municipal transferiu esse recurso para o Governo Federal. Essa dívida virou uma bola de neve. Mas a origem dessa dívida foi quando o Governo Maluf jogou a dívida para o Governo Federal: a coemissão de títulos irregulares, comprovadamente. Isso foi apurado pela CPI, presidida pela ex-Vereadora Ana Martins, PC do B, eu fui o relator. Essa dívida, é ela que está quebrando a cidade, teve sua origem no Governo Paulo Maluf, com emissão de títulos irregulares para fazer aquele mundão de obras para eleger o Prefeito Pitta. Essa foi a origem da dívida, esse é o buraco, todos nós pagamos e talvez os funcionários não tenham salário justo, a cidade estaria muito bem sem essa dívida, Odilon. São 16 bilhões pagos nesse período histórico, principalmente nos últimos três anos, é um absurdo! Só para esclarecer.

O que fala dessa dívida? Não é de toda, mas o essencial, a sua origem é essa. Por que o Governo Federal tem isso? As razões são políticas para levar e cobrar juros de 13%, que nos mata! Por que pagam seis e cobram da cidade 13? São mais de duas vezes. Seria muito mais justo que não pagássemos juros, estancássemos, não só o Governo do Estado, mas o Governo Municipal para permitir que a cidade não desse o calote, mas ao longo de 50 anos pudesse pagar a dívida sem calote, ter os investimentos na questão dos recursos humanos.

Insisto em dois pontos. Eu já sou relator há muito, está claro, cristalino, o câncer no

Orçamento da cidade de São Paulo se chama Ipem porque vai crescer, e se não resolvermos vai crescer e nos matar; e o mais grave, sem precedentes é a dívida que pagamos. Pagar o que pagamos hoje e não abater é uma vergonha. O Governo Federal está recebendo esse dinheiro.

Tem a palavra o Secretário Rubens Chammas, para a conclusão.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Para responder aos questionamentos do ex-Vereador Odilon Guedes faço dois comentários. Sou fã da estratégia de termos claro os gastos em investimento por distrito da cidade. Convido o ex-Vereador a se encontrar com a nossa equipe, que tem feito um trabalho ainda embrionário, mas avançamos. Temos mapeado hoje os gastos por distrito. Claro, quando olhamos a peça orçamentária verificamos, por exemplo, o que está destinado a casa subprefeitura, o que está destinado às secretarias. Hoje, temos de ter um olhar para os programas. Muitos estão espalhados pelas secretarias. Estamos avançando no sentido da integração entre a Lei Orçamentária, a LDO e do Programa de Metas. Tivemos uma consultoria da FIPE, que terminou o seu trabalho, temos o resultado inicial. Convido o Vereador e os interessados para agendarmos e verificarmos e construirmos juntos.

Em relação aos Transportes, esse é o recurso indicado para o Fundo do Transporte, algumas ações foram iniciadas este ano. Claro, o Fundo de Transporte é Fonte Tesouro, mas é específica às ações no Transporte. Conforme o andamento da arrecadação do Fundo de Trânsito uma suplementação poderá ser feita.

Quanto aos dados do metrô ficou claro. Eu não acompanhei a fala do representante dos Transportes, mas a Prefeitura repassou até agora um bilhão de reais para o metrô, sendo alguns recursos do Tesouro, parte dos recursos da Operação Urbana Água Espreada e da Operação Urbana Faria Lima. O outro um bilhão provavelmente será lastreado com recursos da própria Operação Urbana Faria Lima, cuja lei de aumento de cepacs está sendo analisada e votada nesta Casa.

Agora alguns esclarecimentos sobre Pessoal. No ano de 2011, o gasto com

Pessoal, o que o Secretário Mauro falou é com pessoal ativo e inativo, inclui a contribuição patronal e o Iprem, só com pessoal: 8,6 bilhão de reais. Estamos passando para 9,8 bilhão em 2012, um aumento de 14%. Numa das falas alguém comentou que não houve aumento, mas foram 14%.

- Manifestação entre os presentes.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – A própria Irene e o Leandro são testemunhas. Neste ano de 2011, e eu diria com muita satisfação fizemos mais de 25 reuniões com os sindicatos, entre reuniões gerais e setoriais.

Essas reuniões foram extremamente produtivas para a Administração ouvir e propor.

Resultado dessas reuniões: a GA aos servidores dos níveis básico e médio da Direta, extensível ao Iprem e ao Funerário, que era 50% e agora já passou para 70%; a GDA para atividade social; a GDA para atividade cultural desportiva; antecipação do PPD de 80 para 100%; a readequação de 2,14% no HSPM; aumento de 15% no piso salarial; todas as vantagens para a educação, de 33,79%; o abono complementar na educação; para a Guarda Civil Metropolitana, um reajuste de 20,74%; e todas as propostas da saúde.

Claro que os itens são extensos. Vou deixar os documentos para a Comissão, bem como dar toda a listagem das ações feitas neste ano.

Mais do que isso, a campanha salarial indicou quatro pontos para fechar este ano.

Primeiro: uma análise, que está sendo feita. Estamos convocando uma reunião para a primeira semana de janeiro sobre nível básico e nível médio. É uma análise quase completa da nossa equipe.

Segundo: análise dos agentes vistoros. Além do reordenamento da categoria, um programa de gerenciamento e de fiscalização feita pela Secretaria de Subprefeituras. Então estamos também propondo uma reunião para a primeira semana de janeiro para dar a devolutiva dessa segunda análise.

A terceira análise – já respondemos também a questão do João Amaro – diz respeito à questão dos engenheiros.

Muitos assuntos já foram discutidos. Fizemos uma reunião há 15 dias. Então estamos prevendo para o mês de janeiro três reuniões setoriais, níveis básico e médio. Esse foi o compromisso que foi dado na negociação salarial. Ficamos muito contentes quando a própria Irene e o Leandro, recebidos pelo próprio Prefeito, deixou claro que a campanha nunca parou; a negociação estava sempre aberta. E a negociação é ouvir e estudar. E é claro que a negociação compreende várias etapas: ouvir, analisar, estudar, fazer o impacto e propor soluções.

Esclarecer que a proposta para o quadro da saúde não foi em razão da greve. A proposta já estava desenhada pelo Secretário da Saúde, foi ajustada pela nossa secretaria e está aqui nesta Casa para as análises.

Primeiro compromisso: níveis básico e médio; segundo: agentes vistoristas; terceiro: categoria dos engenheiros; e quarto compromisso: revisão da lei salarial.

Esse é um compromisso da negociação... Estamos agendando. Nós não paramos; as reuniões continuam. Em outubro tivemos reuniões, em novembro tivemos reuniões, e agora vamos para o mês de janeiro com as reuniões devolutivas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Secretário está passando dados. Peço que respeitosamente permitam que o Secretário fale. Ele está dando dados, indicando a escala de prioridades das propostas encaminhadas, dando a posição, enfim, do Governo. É preciso que ele conclua. Eu não vejo outro meio democrático que não seja um ouvir e o outro falar. Não vejo uma maneira de construir aqui e mediar dessa forma. Cabe ao Relator mediar o debate. Mas cada vez que alguém grita, exaltado, atrapalha o raciocínio da exposição do Sr. Secretário. Ele está se dispondo, está dizendo que está aberto ao diálogo, está se expondo com clareza. Concordando ou não, é preciso que nós esperemos a conclusão da fala dele.

Por favor, Sr. Secretário.

**O SR. RUBENS CHAMMAS** – Queria destacar um número, que eu acho importante, até porque muitos não têm essa clareza sobre o número de funcionários.

A Prefeitura conta, hoje, no seu quadro de ativos, com 140.698 servidores; 3.680 admitidos; 3.603 contratados e 133.334 estatutários.

Desses estatutários, 127.059 são efetivos.

O aspecto econômico da negociação salarial é forte, claro. É natural e temos possibilidade de fazê-la, mesmo hoje com gasto de mais de um terço do Orçamento – pois quando se pega o gasto com o pessoal da ativa temos também de ver os inativos. Aliás, a questão levantada pelo Vereador Milton Leite, eu diria que, na verdade, são duas discussões - e não são dessa gestão ou do Poder Legislativo, mas da Cidade -: o gasto com a dívida e o gasto com os aposentados.

Isso é fundamental para que possamos equacionar o futuro do Ipem. Para que tenhamos isso claro no sentido de que a Prefeitura não seja cerceada de outros investimentos, enquanto esses dois gastos não estiverem equacionados do ponto de vista macro.

Levanto ainda uma questão com relação ao orçamento da Cultura. Temos de tomar um pouco de cuidado quando vemos o Orçamento desse ano, vigente, pois temos de esperar o encerramento do ano para vê-lo executado.

Então comparar um Orçamento proposto para 2012, sem ter o número de 2011 fechado é precipitado. É importante, é um dado, mas é precipitado.

O Orçamento da Cultura que vem num crescente da ordem de 230 milhões em 2009, passou para 260, depois para 230 esse ano, mas o executado deve ficar um pouco baixo por questões de licitações, temos de ter o cuidado de olhar que as ações da Cultura não estão inseridas somente na Secretaria da Cultura. Temos uma ação da Cultura muito forte, por exemplo, no Fundo Municipal de Urbanização.

O fundo tem um orçamento que, esse ano, só para a área de Cultura, é mais de 50

milhões de reais. Por isso é importante – e num dos pronunciamentos foi colocado isso, de forma muito pertinente – que a leitura seja feita pelos programas e não pelas Secretarias.

Claro, o Orçamento é informado por Secretarias porque é o órgão gestor com autonomia e autoridade, mas os programas têm de ser olhados de forma transversal.

Essa leitura não é simples, mas como avançar nessa leitura fazendo uma grande integração: Orçamento, LDO e Programa de Metas, o Orçamento não está restrito aos 275 milhões indicados na Secretaria. Temos de olhar, no mínimo, a indicação do Fundup – onde há ações da Cultura muito importantes, repetindo, esse ano, mais de 50 milhões.

Estou escolhendo alguns itens pontuais e, depois, volto a questões que não foram indicadas.

Repetindo sobre o Ipem, que o Vereador Milton Leite levantou, essa discussão é fundamental e essa Casa pode ser o palco central onde possamos levantar essa bandeira e analisá-la dia a dia.

Hoje, além dos 11% do funcionalismo e dos 22% da contribuição patronal, temos um déficit financeiro de quase 1,5 bilhão que a Prefeitura repassa para o Ipem para fazer os gastos junto ao funcionalismo aposentado.

O Vereador Adilson Amadeu comentou sobre metas, mas houve só um equívoco: não são 6 cumpridas, mas cinquenta e seis. Pode ser que ele não tenha visto o 5 na frente.

O índice de eficácia do programa de metas no relatório – já disponível na internet – é de mais de 70%.

Em relação aos precatórios, outro item importante, através de um decreto municipal, e com o objetivo de cumprir em 15 anos – já passados dois anos desse objetivo da resolução do STM – estamos repassando 2.55% da receita corrente líquida. Esses recursos são depositados fielmente todo último dia útil do mês, mas quem faz o pagamento não é a Prefeitura – os senhores sabem –, é uma tramitação, e o pagamento é feito pelo Tribunal de Justiça.

Então a Prefeitura repassa – e isso está, inclusive, no site – no último dia útil do mês, fielmente, o pagamento da dívida e o pagamento dos precatórios, lembrando que esse macro número, ao qual chamamos operações especiais, para o ano que vem é da ordem de 4,8 bilhões entre dívidas e precatórios.

Uma colocação que o Sérgio fez, sobre educação, foi a extração dos agentes de apoio do projeto de lei. Na verdade, a negociação salarial - e o documento está claro, assinado por mim e pelo Secretário Alexandre Schneider – não tinha o compromisso de introduzir o agente de apoio naquele projeto de lei. Está, sim, mantido o compromisso de estudar a introdução do agente de apoio para o projeto de lei, mas não para aquele. Aquele texto foi fechado entre as partes e encaminhado a esta Casa, o substitutivo previa isso, voltamos à ideia original; mas o compromisso do agente de apoio para ser referendado em outro PL está mantido, mas não naquele, como alguns indicaram.

Em relação aos gastos com a saúde e com as OSs, o Secretário de Saúde teve oportunidade de esclarecer aqui toda a estruturação dessa parceria. Eu queria lembrar um número, que é importante. Claro que o orçamento é de 38 bilhões, mas temos e ter claro quais são as fontes. Falei muito rapidamente em minha introdução, mas vou repetir. A Fonte Tesouro desses 38 bilhões é responsável por 25 bilhões. O que é a Fonte Tesouro? São os tributos arrecadados no Município e as nossas transferências constitucionais do Estado. Mas existem transferências para programas específicos. Transferência federal: da ordem de 3 bilhões para o ano que vem. Transferência estadual: da ordem de 1,2 bilhão. Fundeb – que é para pagamento de pessoal da educação -: da ordem 3 bilhões. Operações urbanas: da ordem de 950 milhões. Fundos: da ordem de 1,7 bilhão. O Secretário de Finanças já teve oportunidade de explicar, mas temos de ter claro que o que temos hoje na Prefeitura: o que são Recursos Tesouros, sobre os quais há liberdade para se gastar nos programas da Prefeitura, e o que são recursos vinculados. Uma transferência federal ou um recurso de operação urbana só pode ser gasto nos programas de operação urbana. Temos de ter essa clareza.

Tenho certeza de que os senhores têm acesso a essas informações, que estão todas disponíveis no *site*. O orçamento proposto é de 38 bilhões, sendo 25 bilhões, Tesouro. Esse Tesouro é responsável por toda a manutenção da Cidade, todo o custeio dos equipamentos, toda a contratação de convênios, de parcerias. É responsável também pelo pagamento de pessoal - exceto o da educação, que tem o componente do Fundeb -; e pelo pagamento dos investimentos, hoje da ordem de 1,3 bilhão. Então, precisamos ter claro que o orçamento de 38 bilhões é forte, robusto, mas, na hora em que nós o separamos, ele se mostra insuficiente para as demandas da Cidade. Poderíamos ter mais gasto com pessoal? Claro. Poderíamos ter mais gasto com investimento. Só que, quando começamos com 13 bilhões entre ativos e inativos e mais 5 bilhões com dívidas de precatórios, estamos falando em 18 bilhões de reais, tirando operação urbana e fundos, que têm destinos específicos. Então, do orçamento, de pouco menos de 30 bilhões, 18 bilhões já estão comprometidos com pessoal, inativos e dívidas de precatórios. Quatro itens comprometem quase 60% do orçamento, tirando a parte dos vinculados.

Então, Vereador Milton Leite, respondi de uma forma genérica as questões colocadas. Reitero o compromisso. A Irene e o Leandro participaram de várias reuniões comigo, de muitas reuniões com a nossa equipe de apoio. As portas estão abertas para continuarmos montando estratégias. Na primeira quinzena de janeiro, estaremos voltando com a devolutiva da nossa Secretaria para questões como nível médio e nível básico, agente vistor, engenheiros e revisão da lei salarial. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Registro a presença do nobre Vereador Claudinho de Souza.

Secretário, o Vereador Paulo Frange tem uma questão a fazer.

**O SR. PAULO FRANGE** – Secretário, quero cumprimentá-lo. V.Exa., como sempre, muito preparado e com todos os números em mãos, traz-nos uma segurança muito grande.

Duas perguntas secretário: a primeira, o Fundo Municipal de Desenvolvimento

Trânsito e Transporte, é uma lei de minha autoria que demorou anos tramitando nesta Casa, para que pudéssemos consolidar todo o seu curso de multa de trânsito, para especificamente utilizá-lo para aquilo que o artigo 320 do Código Nacional de Trânsito exige: fiscalização, sinalização e educação de trânsito e policiamento. Passa de 700 milhões por ano, eu tenho cuidado, porque estamos no segundo que estamos cumprindo. para quem não entende o porque do fundo. É que antigamente por levantamento feito pelo próprio Tribunal de Contas do Município de São Paulo, 35, a 45% desse recurso, indo para o Tesouro e não chegava especificamente para a CET, para que fosse tratado pela Secretaria de Transporte nesse sentido. hoje temos essa segurança, é importante para o Sr. Prefeito porque não tem probidade administrativa, de não cumprir a lei, segundo, que temos a maior velocidade na aplicação desses recursos porque o trânsito melhora, está vendo ai a situação das faixas de pedestres. Estamos sentindo uma diferença, um tempo muito demorado na liberação dos recursos para execução das obras ou das atividades específicas do fundo, mesmo tendo o fundo agora uma conta vinculada, tenho ido a Secretaria, cobrar o Secretário, o porque que o dinheiro está lá, e demora muitas vezes a liberar? Há um conselho nesse processo. É lógico que o conselho tem de se reunir, etc... Não há nenhum outro mecanismo mais rápido, porque quando criamos o fundo, foram vetadas algumas situações da lei, que facilitava isso, e mudado a configuração do conselho, gostaríamos que fosse especificamente tratado pela Secretaria de Trânsito para que pudéssemos utilizar esses recursos mais rápido. Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: Em se tratando de dividir sinalização estamos exigindo hoje dos taxis, a utilização de uma faixa, para identificá-los de uma forma diferente dos carros que são de cor branca na Cidade de São Paulo. Essas faixas vão custar mais de 100 reais para cada taxista. Não deixa de ser um peso a mais no orçamento. Porque não fazemos uma licitação e nós repassamos essas faixas para todos os taxistas já esses serviços, são serviços em concessão. Hoje, utilizei quatro de vezes, taxi. Todos reclamam. Já que é uma concessão de serviço público e essa identificação é importante para os serviços público, para a segurança

pública para a segurança do usuário, porque não podemos patrocinar esse tipo de identificação uma vez que esse recurso tem essa mesma finalidade?

Segundo assunto. Em relação a operação urbana, esses recursos que estão no orçamento, eles têm o condicionamento daqueles 500 mil Cepacs, se aprovássemos na Câmara Municipal de São Paulo ele compõe o orçamento do ano que vem, porque há aqui um consenso no sentido de redução de 500 mil para 300 mil. se isso acontece temos uma redução do recurso condicionado ao orçamento do ano seguinte. nesse mesmo sentido, como está a situação da operação urbana Água Branca, quando vamos ter aquela operação dentro do sistema de Cepacs, não mais nas avaliações, como são feitas hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário com relação a operação Faria Lima, apenas uma questão....

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Secretário com relação a operação Faria Lima, quero saber o cronograma em função da lei, remetida a esta Casa, qual o cronograma de liberação para o mercado das operações urbanas Faria Lima? Se os valores que estamos colocando serão agora ou qual o período previsto de colocação. O cronograma é: aprovação ao Basen, comissão de valores imobiliários – CVM. Qual é o cronograma de retorno dessa operação urbana, em aprovado a nova lei.

**O SR. MAURO RICARDO** – Agradeço as colocações do nobre Vereador Paulo Frange, o fundo de trânsito é um dos fundos importantes da cidade e a regulamentação, e a legislação vieram a deixar claro que os recursos arrecadados com essa finalidade sejam aplicados especificamente nas ações daquela área.

Em relação ao fundo de trânsito: temos a despesa do ano de 2009 fazendo um retrospecto é de 570 milhões; no ano de 2010, passou para 622 milhões; neste ano, uma despesa orçamentária fixada em 660 milhões, e já tivemos uma suplementação porque a arrecadação prevista para este ano foi superada, então, podemos fazer um suplemento

orçamentário, para fazer frente às despesas.

Previsto para o ano que vem, estão indicados na peça orçamentária 832 milhões de reais.

Em relação a esse trâmite, é claro que, às vezes, na Administração, temos a informação de que a arrecadação é de tanto. Temos de ter claro: uma coisa são os recursos do Tesouro que entram automaticamente numa conta única; outra, são os recursos vinculados, tais como o fundo de trânsito, das multas; o fundo de urbanização, da outorga onerosa; fundo de iluminação pública, da Cosip. Esses têm um trâmite de processamento.

Então, a Secretaria de Transporte demanda à área de Planejamento uma liberação de “x” milhões de reais. Temos de anexar a isso, comprovantes financeiros, bancários, porque, como fundo específico, só são liberados os recursos quando eles, efetivamente, estão depositados em conta, então, a área financeira os libera. Estamos trabalhando com o Secretário Mauro Ricardo para melhorar o fluxo.

Tenho a certeza de que, no ano que vem, teremos o componente de melhora na tramitação entre as Secretarias de Finanças, de Planejamento e da Secretaria interessada.

Em relação às faixas de táxis, temos de fazer um estudo na legislação, para vermos se isso é possível, para ser pago por meio de um processo licitatório.

Quanto às operações urbanas, vou falar primeiro da Operação Urbana Consorciada Faria Lima: os recursos que estão indicados na proposta orçamentária são exatamente os que estão previstos para serem arrecadados neste ano. Portanto, não estão previstos recursos que já estão em conta, bem como os que também poderão vir a ser arrecadados com a aprovação dos novos CEPACs da Faria Lima, porque não seria lógico encaminharmos uma proposta orçamentária com uma receita sem embasamento legal.

Na operação urbana, como todos sabem, há estoques disponíveis de metros quadrados em que o empreendedor pode construir adicionalmente. Mas, para construir, ele precisa adquirir do mercado ou da Prefeitura um título chamado CEPAC.

Como essa operação urbana foi oriunda de uma antiga operação urbana Faria Lima, houve um pequeno descompasso na relação metros quadrados/CEPAC. Desde final de 2010, há estoque disponível em vários setores de metros quadrados, mas os títulos disponíveis se encerraram. O número de títulos é aprovado por lei. Então, remetemos a esta Casa, no começo do semestre, a proposta de emissão de 500 mil títulos adicionais, o que está sendo estudado, sem aumentar os estoques da operação urbana, ou seja, ela continua com a mesma estratégia: o que estoque residencial é residencial; o que é comercial é comercial.

Depois das discussões, esta Casa pode achar conveniente votar favorável à nossa proposta, assim, poderemos colocar no mercado mais 500 mil títulos CEPACs.

Os próximos trâmites, respondendo a pergunta do Vereador Milton Leite, serão a regulamentação junto à CVM. Esse é um título público. Então, a Comissão de Valores Mobiliários vai recepcionar o nosso estudo, o qual é, a princípio, muito simples, porque não há aumento de estoque. Só estamos colocando no mercado um instrumento para que o interessado adquira os metros quadrados.

Seria leviano se apresentasse uma data, mas tenho a certeza de que, ao longo do ano que vem, teremos condições de ver isso aprovado, encaminhado e daremos início ao processo de colocação dos títulos no mercado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, uma estimativa básica para o ano que vem: desses 500 mil títulos quantos seriam comercializados, feita a regulamentação na CVM, no ano de 2012? Qual é a sua perspectiva? Em função dessa demanda reprimida, qual o número que o senhor tem em mente para 2012 da operação urbana Faria Lima?

**O SR. PAULO FRANGE** – Na mesma pergunta do Milton, temos 170 mil que foram vendidos, na faixa de 4 mil reais cada e não foram utilizados.

Essa oferta maior, no mercado, não baixará o valor?

**O SR. SECRETÁRIO** - As colocações foram extremamente importantes. O que estamos buscando é uma autorização desta Casa e, depois, da CVM, para colocarmos título

no mercado. É claro que há uma estratégia. Podíamos colocar 500 mil títulos de uma só vez. Que vantagem teria isso? Vamos lembrar: o título é colocado; os recursos são arrecadados e são destinados para um fundo específico com obras pré-determinadas. Então, se vou arrecadar e essa obra ainda está no esboço, na análise inicial, não seria tão lógico fazer essa arrecadação de imediato. Por que arrecadar para o dinheiro ficar parado, sem a efetiva implantação imediata?

Então, a estratégia é fazer essa análise do mercado. Como o Vereador Paulo Frange disse, já existem títulos que foram adquiridos em algum momento e que o interessado ou comprou e não tinha ainda o terreno, ou comprou e já tem o dinheiro, mas ainda não apresentou seu projeto. Portanto, não protocolou na Secretaria da Habitação.

Não seria lógico pegar a autorização, colocar todos os títulos de uma vez. Então, temos de fazer uma análise do mercado, mas - mais que isso - uma análise do cronograma de implantação desses recursos. Como há uma previsão de passarmos um bilhão de reais para o Metrô e uma linha de Metrô que a Companhia Metropolitana está analisando ao longo da Faria Lima, aí o cronograma muda. Poderia se passar à medida que o Metrô tivesse os estudos avançados e tivesse um cronograma de implantação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, mas o Metrô da Faria Lima está em fase embrionária ainda. Não há estudo avançado que consuma esse recurso só por parte da Prefeitura. Não entendi, Secretário, com clareza. Estamos para aprovar esse projeto, nesta Casa. Há uma cobrança, dos Srs. Parlamentares, muito clara, em saber o cronograma.

Acho que ficou em aberto, por parte de V.Exa., só o que o senhor estima para o ano de 2012. V.Exa. está colocando, pedindo que a Casa autorize mais 500 mil títulos. Ótimo. Dos 500 mil títulos, V.Exa. tem estudo, tem um planejamento, obviamente, para esses 500 mil títulos, senão não haveria a solicitação de votação do projeto de lei que permita a colocação desses títulos. O cronograma do senhor prevê 2012, 2013, 2014 ou é 2012? E em que data teríamos? Meados de 2012? Em que trimestre? Gostaria de ter a clareza do andamento

trimestral, em 2012. A partir de 2013 já fica difícil porque teria uma nova gestão.

Então, Secretário, por favor.

**O SR. SECRETÁRIO** – Só para esclarecer, darei o exemplo do convênio que fizemos com o Metrô em relação à Linha 17-Ouro, no âmbito da Operação Urbana Água Espreada. Agora, o Metrô está ultimando o projeto executivo, iniciando as obras, mas já repassamos esse recurso há mais de um ano. Por que essa garantia? Para o Metrô é importante já ter o compromisso da Prefeitura finalizado, porque ele consegue levantar algum empréstimo para complementar isso ou fazer outras tratativas.

Então, avançamos estudos preliminares do Metrô ao longo da Faria Lima. A Prefeitura, com autorização, poderia colocar 30, 40% dos títulos em um primeiro momento e ir balizando. Balizando, repito, com as obras em andamento e, aí, basicamente com o Metrô, versus o que o mercado necessita. Porque o mercado, hoje, já tem 170 mil metros quadrados, milhares de Cepacs disponíveis ainda não utilizados. Então, essa análise com o mercado é fundamental porque não é lógico colocarmos mais 200 mil títulos, provavelmente se a demanda não for equiparada a isso, o preço cairá e não conseguiremos fazer o repasse, por exemplo, para o Metrô ou para alguma outra obra.

Só para finalizar. Em relação à questão colocada da Operação Urbana Água Branca, o Vereador Paulo Frange é um defensor, um entendido da situação. A Operação Urbana Água Branca é um dos locais mais privilegiados da Cidade; um local em que se têm fortes equipamentos municipais e estaduais; transporte público servindo Metrô e trem de forma muito integrada. Claro, é uma operação que foi desenhada no modelo antigo – de outorga onerosa.

Só para os senhores terem uma ideia, essas discussões já têm mais de cinco anos, mas creio que avançamos muito. Hoje, já temos estudos prontos. Havia a necessidade de um Estudo de Impacto Ambiental, e já está pronto. Havia estudos de impacto de demanda. Havia necessidade de estudos sobre a formatação de quais obras.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano, através do Secretário Miguel Bucalem, tem desenvolvido um estudo da operação urbana Água Branca, mais do que isso, um estudo ampliado da região da Lapa e Brás, que é o coração da Cidade, toda linha férrea que segmenta São Paulo em duas áreas. Já no primeiro trimestre do ano que vem teremos um avanço significativo. E algumas obras estão sendo licitadas neste momento, já estaremos iniciando obras na primeira quinzena de janeiro, uma delas importantíssima, do sistema de drenagem da operação urbana compondo dois córregos, o Água Preta e o Sumaré, que deságuam no Rio Tietê.

Então acho que é fundamental analisar que as operações urbanas têm recursos garantidos para obras específicas daquela região. É um instrumento urbanístico de muita valia e os resultados ao longo do tempo – Água Espraiada, Água Branca e Faria Lima – têm mostrado a importância desses instrumentos.

---

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, não consegui ter o cronograma claro de desembolso da Faria Lima, e quanto se pretende arrecadar em 2012. Dou-me por vencido, não consegui entender quanto vamos arrecadar em 2012 e quanto vamos repassar para o Metrô, se é um bilhão ou mais, ou vamos utilizar o atual recurso da operação urbana, ou dependerá da entrada de novos recursos.

Então esta Casa continua em dúvida. Isso torna difícil a votação do projeto de lei, porque os Srs. Vereadores querem saber com clareza o que estão votando, e qual a entrada de receitas. Tenho certeza, a não reposta implica numa dificuldade enorme para saber qual é o efetivo cronograma de entrada de recursos para 2012.

Insisto, pela última vez, que o senhor dê uma resposta clara sobre a entrada de recurso com a emissão desses novos títulos da operação urbana Faria Lima, porque senão isso vai se transformar numa novela interminável.

Esclareço ainda que terminada a fase de perguntas, aqueles que ainda tiverem dúvidas, se dirijam à Comissão e façam suas perguntas por escrito, para que a Mesa repasse

as perguntas.

Então, Sr. Secretário, tenho aqui o direito de repergunta, o senhor pode ler e responder ao interessado.

**O SR. SECRETÁRIO** – Complementando a observação sobre o CEPAC da Faria Lima, o que está previsto no projeto de lei são 500 mil títulos e se tomarmos como base o último valor - quatro mil reais - estamos falando num montante de 2 bilhões de reais.

É claro que colocar 500 mil títulos de uma vez para arrecadar dois bilhões, pode não se verificar, porque o mercado é uma questão de oferta e demanda e ele não absorve 500 mil títulos. Então dificilmente pagariam quatro mil reais. E mais do que isso, temos de olhar os estoques que, hoje, os que estão disponíveis da operação urbana são estoques quase que totalmente residenciais. Os estoques comerciais dos vários setores, hoje têm pouca dimensão.

Para um empreendimento residencial, esse título a quatro mil reais pode dificultar a implantação desse empreendimento. Então o potencial máximo que entendemos é algo em torno de dois bilhões. Em um ou dois anos isso é provável, não colocaremos 500 mil títulos em uma, duas emissões ou num período curto, então temos de trabalhar com um levantamento de mercado e, mais do que isso, um levantamento do preço do título, para não queimar um título valioso da operação urbana Faria Lima.

Em relação à primeira questão feita pelo André Luz e pela Ação Cidadania, “vimos solicitar esclarecimentos sobre o que será feito com os resultados desta audiência. De que maneira será impactado no substitutivo? Por fim, de tudo o que analisamos, como serão encaminhados os pleitos e quais serão incorporados ao texto?”

É uma questão de ordem interna desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, a pergunta, no seu entender, seria mais para mim, mas é para V.Exa. O que V.Exa. permitirá que modifiquemos em relação à política salarial? Foi isso o que entendi. Não posso modificar o Orçamento sem que o Executivo diga incremento mais ou menos. Eu li a pergunta rapidamente. Não posso modificar

o salário, a Pasta, de maneira irresponsável. V.Exa. tem de dizer: aumenta ou não. Não sou eu quem faz a política salarial.

- Aplausos na galeria.

**O SR. SECRETÁRIO** - O gasto com pessoal indicado na proposta orçamentária é com todos os eventos aprovados nesta Casa e todos os eventos já comprometidos nas negociações salariais.

Claro, existem eventos que poderão ou não ocorrer. Por exemplo, há vários concursos em andamento. O número de concursados aprovados e nomeados poderá ocorrer ou não dependendo da tramitação do concurso. Então, o gasto com pessoal indicado é consistente – 9,8 bilhões de reais – com todas as previsões de gastos com pessoal para o ano de 2012.

Outra questão, da Sra. Irene, “quero esclarecer que o Sindsep se reuniu com o Governo por várias vezes durante as campanhas salariais. Todas as reuniões houve pouca ou nada de resolutividade. Mas continuamos a defender este espaço como direito dos trabalhadores. A não solução e atendimento das nossas reivindicações nos levaram à greve. As propostas do Governo foram unilaterais, não foram atendidas as propostas do Sindisep.”

A Irene tem participado de várias reuniões conosco. A Irene e sua equipe estiveram conosco em mais de 25 reuniões ao longo deste ano, reuniões setoriais, com a Educação, com a Saúde. Essa frase: “nada de resolutividade”, é uma frase um pouco pesada. O projeto da Saúde está nesta Casa, as GDAs foram aprovadas, existe um compromisso – que vou reiterar – assinado, falado olho no olho, de quatro grandes itens de estudos: nível básico e médio, tivemos vários avanços internamente e vamos apresentar no início de janeiro; o item agente videntes; item engenheiros; e o item revisão da lei salarial.

Essa é uma campanha salarial com “c” maiúsculo e que as portas estiveram e estão abertas. A Irene teve a oportunidade de falar isso diretamente ao Sr. Prefeito. Estamos ainda com a agenda em dia para que na primeira semana ou primeira quinzena de janeiro

possamos dar as primeiras devolutivas e no primeiro trimestre do ano que vem conseguir avançar nessas ações.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Antes de encerrar esta Pasta, há perguntas a serem processadas?

Informo aos Srs. e Sras. presentes: o Secretário Marcos Cintra, em 14 minutos, estará presente. Aqueles que, após o encerramento da audiência com o Sr. Secretário Rubens Chammas, desejarem formular questões ao Secretário Marcos Cintra, deverão permanecer no recinto.

Há mais uma pergunta e encerraremos a audiência da Pasta de Planejamento. A audiência pública prosseguirá com o Secretário Marcos Cintra para que possamos concluir a oitiva.

Complementando a resposta, a relatoria do Orçamento, principalmente na parte de pessoal, não pode mexer quando há uma interlocução clara entre os sindicatos e o Secretário de Planejamento. Não há essa interlocução e nem foi proposta à relatoria nada por escrito e fundamentada para que o relator do Orçamento pudesse alterar a proposta nessa direção. Nenhuma proposta, por escrito, foi encaminhada, a não ser a dos engenheiros – que estamos considerando e o Secretário respondeu que está pautada para ser considerada.

Não há nenhuma proposta de nenhum dos sindicatos encaminhados ao Sr. Relator, nenhuma foi encaminhada e até entendo as razões. Como foi dito ao Sr. Secretário, mantiveram mais de 20 reuniões, inclusive, com as categorias, então, cabe a ele encaminhar à Peça Orçamentária e ele sim modificar.

Seria irresponsável de minha parte me intrometer, colocar isso ou aquilo para aquele ou aquela parte do funcionalismo, que pertence aos reajustes. Seria uma intromissão da parte bilateral dos funcionários com a pasta de Planejamento que se faça isso. A pergunta foi direcionada a mim e ao Secretário. O diálogo está sendo mantido com ele. Eu não posso colocar uma proposta no Orçamento, até poderia, mas não seria responsável, a

irresponsabilidade não passará por mim de maneira alguma.

A parte de pessoal está sendo tratada de maneira clara, com os sindicatos, com o Secretário de Planejamento e até com o Sr. Prefeito, então, entendo que quando o Sr. encaminhar ou assim tenho feito, por meio de projetos de lei que esta Casa tem votado as propostas que o Governo tem encaminhado de majoração dos diversos setores, aqui nesta Casa. Respeitosamente, não estamos alterando essa proposta pelas razões por mim colocadas, então, Secretário há uma última questão por escrito.

**O SR. SECRETÁRIO** – Esta última questão, quero deixar claro que em nenhum momento disse que os problemas estão resolvidos. Quero fazer um parêntese bem rápido sobre as ações da cultura. As ações da cultura tenho certeza de que são muito emblemáticas nesta gestão. Houve reforma de todos os equipamentos culturais, reformamos o Theatro Municipal, todos os teatros de bairro ou em reforma, ou em processo licitatório, reformas de todas as bibliotecas, as casas de cultura e os espaços históricos aqui no Centro.

Temos de lembrar que o Orçamento deve ser visto transversalmente. Na Secretaria de Cultura temos recursos para cultura, sim, além disso, os recursos do Fundurb só neste ano foram mais de 50 milhões para um dos empreendimentos mais importantes hoje na área cultural que é a Praça das Artes.

Além disso, temos recursos da Cultura extremamente expressivos no contrato de empréstimo com o BID. A reforma da biblioteca Mário de Andrade, a reforma do Theatro Municipal, fachada e palco, a reforma das casas históricas, Solar da Marquesa e Casa Nº 1, inauguradas recentemente foram feitas com recursos do BID.

Ainda há recursos do BID que estão sendo executados para reforma do anexo da biblioteca Mário de Andrade na Rua Bráulio Gomes. Ou seja, se isto tudo faz parte de um grande programa e se a fonte de recursos, por isso que disse que é muito importante olhar o Orçamento e saber quem pode pagar, se a fonte de recursos do BID, que é uma fonte de empréstimos, nós vamos devolver este dinheiro, não é um dinheiro a custo perdido. Se esse

dinheiro do BID não tivesse existido, teríamos de comprometer Orçamento para fazer esses equipamentos.

Então, os recursos do BID, do Fundurb, junto com os recursos da Secretaria, fazem com que a Secretaria tenha algo em torno de 350 milhões, além da fonte do Tesouro, para que possa ter a sua dimensão. Falar em Orçamento integral é claro que temos de comparar o Orçamento proposto para o ano que vem com o Orçamento que vai ser executado este ano, que não é necessariamente o Orçamento disponível.

A gente sabe que algumas licitações e projetos, no final do ano, não conseguimos fazer as medições, então temos de fazer. Me comprometo a depois ter essa análise, fechado o ano de 2011, e ver a análise com o Orçamento de 2012, versus o ano de 2011 fechado. Não o ano de 2011 com o Orçamento disponível.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, agradeço a sua presença e encerrar a audiência pública da pasta de Planejamento, permanecendo em aberto, e neste momento será suspensa até às 13h00 para que o Secretário Marcos Cintra chegue a esta Casa e possamos prosseguir com a conclusão dos trabalhos da audiência pública da Peça Orçamentária de 2012.

Qual a questão de ordem, Vereador Claudio Prado?

**O SR. CLAUDIO PRADO** – Ouvi manifestações quanto ao investimento da Prefeitura na periferia, na área da Cultura. Temos feito gestões junto à Secretaria, pela nossa insistência, tivemos na Vila Brasilândia a construção da Casa da Cultura; a ampliação da Casa da Cultura da Freguesia do Ó, com o anfiteatro para 115 lugares e a implantação da Casa de Cultura de Pirituba, que está sendo reformada junto com a biblioteca local.

Então, continuar insistindo para que a periferia seja prestigiada também com equipamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Sr. Secretário está suspensa a sessão até às

13h.

Pausa.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a presença do Sr. Secretário Marcos Cintra, em cumprimento à convocação da Comissão de Finanças. O Secretário teve uma dificuldade de comparecer na parte da manhã, mas, enfim, já está aqui para responder a todas as questões formuladas.

Nesta audiência pública, vamos tratar também da gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, para a qual já há uma série de questionamentos. Eu gostaria que o Secretário falasse não tanto da gestão e sim do desenvolvimento, que pesa muito para a Cidade. Tem a palavra V.Exa. Secretário, boa tarde e obrigado por ter vindo.

**O SR. MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE** – Cumprimento o Sr. Presidente, Vereador Milton Leite, em nome de quem cumprimento os nobres Vereadores Paulo Frange, Gilson Barreto e os demais presentes. Quero começar a minha participação nesta audiência pública me desculpando perante o Presidente por não estar estado presente na sessão da manhã, porque julguei que o convite fosse mais protocolar, uma vez que o assunto tratado seria o fechamento do Orçamento geral da Prefeitura, coisa que, evidentemente, com a diminuta dimensão do orçamento da minha Secretaria, julguei que não fosse ser de extrema relevância.

De fato, a Secretaria tem hoje suas funções orientadas para a questão do Trabalho, para a questão do encaminhamento, da intermediação de mão de obra e capacitação de mão de obra, assunto esse que o próprio Presidente já pediu que não fosse discutido, a não ser que um dos senhores tivessem alguma questão específica. Então, vamos falar brevemente sobre a área de desenvolvimento econômico, que, de fato, ainda que o Orçamento da Secretaria na questão relativa ao desenvolvimento econômico seja muito pequeno, acredito que as funções que no momento estamos desempenhando são muito relevantes.

A Secretaria tem como meta orientar, encaminhar e acompanhar o desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. Curiosamente, uma cidade como São Paulo, que é locomotiva do País, nunca teve uma secretaria orientada especificamente para essa função. Como propiciar, estimular e atrair investimentos para a nossa Cidade? Como fazer para que investidores que hoje procuram intensamente o Brasil, com o advento da crise econômica mundial, sejam recebidos de forma a fazer com que esses investimentos sejam concretizados na nossa cidade?

Nós nunca tivemos isso, e o Prefeito Gilberto Kassab nos deu essa missão. Nessa função, foi criada também uma empresa chamada SPP – São Paulo Parcerias, que tem como função primordial a de ser um braço técnico do Conselho Gestor das PPP's na nossa cidade.

Como é sabido, hoje, os grandes investimentos, tanto em nível municipal como estadual e federal, e, na realidade, internacionalmente, são sempre efetuados de forma conjunta entre a iniciativa privada e o Poder Público. Apesar da nossa elevadíssima carga tributária que se aproxima de 40% do PIB, as demandas em termos de investimentos públicos ainda são muito intensas, de forma praticamente a exaurir o Orçamento público no sentido de inviabilizar investimentos de monta. Daí a necessidade de parcerias com o setor privado.

A SPP tem este papel: articular, estruturar e fazer a modelagem de empreendimentos parceiros entre setor público e setor privado. E aí imagino que o Vereador Milton Leite possa ter maior interesse na nossa Secretaria.

Estamos no momento desenvolvendo junto à SPP – São Paulo Parceria alguns projetos importantes. O primeiro deles é a PPP da Saúde, que é um projeto importante para a Cidade cuja estruturação financeira esta sendo feita por solicitação do órgão gestor, do Conselho Gestor da Prefeitura pela SPP.

Alguns outros projetos também estão sendo desenvolvidos e estou à disposição para poder esclarecer qualquer dúvida que o Relator do orçamento eventualmente tenha com relação, por exemplo, a um projeto de Pirituba. É um projeto também de extrema importância e

que tem a sua significação vinculada não apenas à Copa de 2014, uma vez que se pretende fazer com que o Congresso da Fifa, evento que reúne mais de cinco mil dirigentes do futebol do mundo inteiro com antecedência de 30 dias ao primeiro jogo da Copa, a nossa intenção é que esse Congresso da Fifa seja realizado no Parque de Pirituba.

Além disso, esse Parque de Pirituba terá duas outras funções, primeiro, a de expandir o nosso parque de exposições e convenções hoje muito restrito e mal servido a partir do Anhembi que é um equipamento que já tem mais de 30 anos e está tecnologicamente defasado, mas também servir de sede para a exposição mundial de 2020 que a cidade de São Paulo está pleiteando. Agora, recentemente, o Prefeito acabou de formalizar essa candidatura juntamente com o Governo Federal; na realidade, é o Governo Federal que pleiteia para a cidade de São Paulo. A carta de candidatura nossa foi assinada pela Presidente Dilma, mas ela seria realizada aqui em São Paulo. Esse é um outro projeto importante, o Projeto de Pirituba que a SPP diretamente e indiretamente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Trabalho está também desempenhando.

Além disso, temos outros projetos importantes. Um dos projetos tem sido alvo de debate muito intenso, inclusive nesta Casa, que é o circuito de compras do Pátio do Pari, da chamada Feirinha da Madrugada, projeto cuja estruturação financeira também está sob nossa responsabilidade.

No momento, estamos em fase final de transferência da área do Governo Federal da posse e do domínio da área para a Prefeitura e a partir daí estaremos estruturando uma concessão que vai permitir a requalificação urbana de toda aquela região, a construção de um grande *shopping* popular que centralizaria as atividades comerciais para mais de 4.000 comerciantes que hoje estão dispersos na região e internamente à Feirinha, mas também nas ruas. Ao mesmo tempo irá fornecer toda uma logística de prestação de serviços e de transportes que vai dar sustentação ao chamado comércio popular abrangendo a região do Brás, a região da 25 de Março, do Bom Retiro e da Santa Ifigênia. É um comércio

extremamente importante para São Paulo, movimenta centenas de milhares de compradores não só do Brasil como até de outros países e dá margem e sustentação a uma atividade manufatureira de média e pequena escala muito importante para o emprego na cidade de São Paulo.

Outro projeto importante que a SPP também está estruturando é o Terminal Logístico Fernão Dias, terminal esse que foi inaugurado também há mais de 30 anos pela Prefeitura parcialmente. A segunda fase não foi executada, não foi concretizada e se acha no momento em fase de finalização do licenciamento ambiental. A partir daí, estaremos criando naquela região onde hoje está o Terminal Fernão Dias o maior e mais moderno terminal logístico da América do Sul, senão um dos mais modernos do mundo. É um terminal que na realidade será mais do que meramente um conjunto de galpões. Será um verdadeiro supermercado de serviços logísticos e serviços de transporte na região da Fernão Dias, que é no entroncamento de um dos mais importantes da Cidade e provavelmente um dos últimos investimentos que a Cidade ainda poderá fazer numa região razoavelmente central como é aquela. Imagino que daqui para frente terminais logísticos como esse deverão ser feitos mais na periferia da Cidade para não implicar em grandes deslocamentos de carga com implicações no transporte e no trânsito.

Estamos também desenvolvendo alguns outros projetos que, certamente, com a colaboração da Câmara Municipal de São Paulo, serão muito importantes para a Cidade.

E destaco aqui a construção do estádio do Corinthians, que servirá de abertura para a Copa de 2014; enfatizando que não se trata apenas de um estádio, mas sim de um componente muito importante para um projeto de desenvolvimento econômico, também a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é o polo de desenvolvimento da zona Leste da cidade de São Paulo.

É um dos projetos que mais nos empolgam, um projeto antigo, que tem mais de 20 anos de estudos, pesquisas, investimentos, feitos na região da zona Leste. E o estádio em si é

apenas um dos elementos.

Os demais elementos desse projeto de desenvolvimento são: o edital, que será em breve publicado para atrair investimentos privados em outras atividades, como indústria, comércio e prestação de serviços para aquela região; a construção do polo institucional de Itaquera, onde serão instalados um novo Senai e a Fatec, que já está sendo construída e que será a maior Fatec do Estado; a sede do parque tecnológico de São Paulo – Leste. Enfim, todo esse arco de atividades compõe um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento da zona Leste.

Uma das prioridades que o Sr. Prefeito nos solicitou, inclusive até já mencionei ao nobre Vereador Milton Leite, foi a elaboração de projetos de desenvolvimento para a zona Sul da cidade de São Paulo: com outras características, outro potencial, outra vocação, para que haja um novo polo de desenvolvimento da nossa Cidade, utilizando os equipamentos já instalados na região, do autódromo, que faz parte de todo um projeto de requalificação urbana, e também os próprios mananciais como um atrativo turístico. Sem falar da parte de produção, que poderia também ser aprimorada na zona Sul, que já é uma região com grande concentração de atividade industrial, comercial e de prestação de serviço.

Isso também poderia se coadunar com a região de Parelheiros, uma das regiões menos desenvolvidas da cidade de São Paulo, porém, que tem um potencial de turismo ecológico, pois, normalmente, o turista chega a São Paulo e imagina São Paulo como uma selva de pedras. No entanto, naquela região, existem matas, rios, aldeias indígenas, uma vegetação exuberante, e até a vista do mar na região de Engenheiro Marsilac.

Todas essas atividades poderão ser transformadas num enorme potencial de atração de investimentos na prestação de serviços para a nossa cidade. Esse é o nosso projeto que está sendo iniciado. Temos grande expectativa de que poderá ser um marco importante para a cidade de São Paulo.

Portanto, nobre Vereador, são essas algumas das atividades mais importantes que

estamos executando na área de desenvolvimento econômico.

A nossa preocupação não é apenas com esses grandes projetos, essas parcerias, essas PPPs, mas também de potencializar o desenvolvimento econômico nas várias regiões da Cidade.

Estamos dividindo a Cidade em cinco regiões: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste; e, a partir daí, criando núcleos de desenvolvimento, com a participação das principais entidades de lideranças patronais, trabalhistas e empresariais, para podermos identificar quais são os problemas no desenvolvimento de atividades produtivas nessas regiões.

Dessa forma, verificar e identificar as vocações e os potenciais que essas regiões têm para, a partir daí, juntamente com a equipe da Secretaria poder atrair investimentos privados para as regiões, aproveitando ao máximo o potencial.

De modo que era isso que imagino poderia compor o núcleo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, é uma secretaria muito jovem, a atividade dentro da é recente, ela existe há um ano e meio, mas com cabedal de atividades, de projetos bastante significativo e importante para a cidade de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, o senhor não tocou na PPP da Saúde, mas deixo para o Vereador Paulo Frange fazer as perguntas a respeito. Vou começar pelo Piritubão. É um nome que me agrada muito, cada vez que o senhor fala do Corinthians, eu acho essencial a ação nessa região da cidade, o Timão realmente merece não porque eu seja corintiano, não tem nada a ver uma coisa com a outra, pode ficar tranquilo. (Risos) Acho que é uma atividade muito importante para a cidade.

Quanto à proposta do Piritubão, eu quero falar sobre a alteração no zoneamento. Ela causa impacto ambiental na região muito significativo. Pessoalmente, tenho dificuldade – e aproveito para dizer nesta Casa publicamente – de votar quanto mexemos em área de preservação. Se não tiver alternativa, melhor seria não mexer na área, tudo bem. Mas eu não vejo porque o senhor mencionou por que não melhorar o Anhembi, desenvolver mais o

Anhembi. Quando se fala em estudo no Anhembi estamos falando de estudo ambiental. No Anhembi temos duas avenidas, uma delas é a Olavo Fontoura. O senhor poderia enterrar as avenidas com túneis, ganharia na superfície e seria um terreno de fora a fora. Os estacionamentos poderiam ser verticalizados, o senhor teria com o investimento refeito o setor do estacionamento, considerando que seriam derrubadas poucas árvores. Essa é uma sugestão técnica, um debate técnico de desenvolvimento com V.Exa. O senhor é Vereador, é um homem que vai permanecer a discutir os problemas da cidade. Não sei se foi considerado um túnel debaixo da Olavo Fontoura e teríamos toda a superfície. A recuperação do terreno que nós temos em discussão com o Campo de Marte. Aquela avenida de fora a fora são três quilômetros. Seria um túnel simples ou entrincheirava as áreas necessárias, verticalizaria o estacionamento ou converteria o subsolo em estacionamento, até utilizando a parceria. O senhor fala muito em parceria, então o estacionamento do Anhembi poderia ter parceria para ser tratado como subsolo investimento, enterrando como as garagens subterrâneas aqui. Poderíamos fazer isso no Anhembi, sem problema. Não há problema nessa construção. Teríamos um platô livre e sem despesa para o Município de São Paulo, com a receita do estacionamento que se autopagaria. O senhor teria toda essa área livre sem impacto.

O senhor fala que o Piritubão está para ser feito, mas acho que a região de Pirituba precisa de desenvolvimento, não tenho dúvida. Mas uso as palavras do senhor, a região do Anhembi está subaproveitada, é uma monstruosa, grande. Não podemos olhar só para cima, podemos olhar para baixo do nível do terreno, ainda que haja lençol freático, é permitido. Claramente, podemos rebaixar o lençol freático sem impacto, sem problema. Tudo que será feito lá não causaria impacto ambiental e sem tanto custo à municipalidade. Hoje, até agora, não temos com clareza quanto ao custo só do terreno para o Município. Eu não tenho isso claro. Então, a minha pergunta, a primeira pergunta é para o senhor que está cuidando da pasta, da parceria.

Não entendemos, em nível de Executivo, por que veio desapropriação na pasta do

Bucalem. Ela é uma secretária (Ininteligível) preocupado com esta Câmara, que não vai fazer, mas faz fez: removeu o recurso, na íntegra, a rubrica, para a pasta do senhor. Os 90 milhões já foram removidos; já foram transferidos para a pasta do Trabalho. É uma desapropriação.

Se a Câmara aprovar, eu tenho muita dificuldade no voto pelas razão que estou expondo, Vereador Paulo Frange. Porque vejo um aproveitamento no Anhembi com menor custo, com o menor impacto em todos os sentidos nas áreas disponíveis que temos. Então até avenida: fazer um subterrâneo na avenida. Ao custo que eu vou pagar por aquele terreno naquela região, e ainda mexer em Zepam. Aliás, tenho dificuldade extrema em mexer em Zepam – e vamos mexer em parte dela, verticalizar. Ainda que sejam respeitados todos os (Ininteligível). O que não podemos largar é um equipamento como esse do Anhembi parado. É um ativo enorme. É um polo enorme, conhecido. E o senhor é um homem que conhece desenvolvimento até melhor que nós.

Então eu gostaria de saber se o senhor, em algum momento, fez estudo nessa perspectiva: embutir um túnel debaixo da Lopes Fontoura (?), garagens subterrâneas e verticalizar toda aquela região.

Qual o custo do terreno do Piritubão estimado pelo senhor?

Quais foram as empresas que manifestaram interesse formal pelo Piritubão? Quem se habilitou, *a priori*, a elaborar estudos e projetos ao Piritubão? Porque eu não sei quantas e quais, se em conjunto ou em separado, se habilitaram formalmente. Eu não vou dizer que li o Diário Oficial. Eu acho que deveria ser publicado. Ou se está internamente essa manifestação da habilitação das empresas com relação ao Piritubão. Muito se diz que “a”, “b” ou “c”. Mas aqui, formalmente, faço ao senhor essa pergunta: quais as empresas que se habilitaram?

Também a mesma pergunta para todos os projetos que o senhor está desenvolvendo.

O senhor falou no Centro de Compras no Pari, na Feirinha da Madrugada.

O senhor está fazendo uma transição de terreno da União para o Município? O

senhor deve ter empresas habilitadas que propuseram o projeto. O senhor disse que vai fazer uma parceria. Quem é que fez? Quais são as empresas que manifestaram interesse na elaboração do projeto para a Feirinha da Madrugada? Quem está efetivamente interessado nesse projeto? E se já existe algum estudo preliminar de parte dessas empresas, que o senhor o remeta a esta Casa, para que a Câmara, antes que vote ou autorize essas modificações, saiba aquilo em que está mexendo e a respectiva monta.

Da Fernão Dias – quais os estudos conclusivos que o senhor tem em nível de parceria?

Por exemplo, monotrilho da zona Sul da Cidade: quais as empresas que manifestaram interesse, qual o anteprojeto que propuseram a fazer em nível de PPP com a cidade de São Paulo, e quais os custos estimados para cada um desses projetos?

Secretário, também a mesma coisa para a zona Leste, para o seu entorno: quanto vai custar ao Município? Aquilo que custará ao Tesouro – ou seja, Fonte 00 – ou às parcerias que o senhor pretende buscar. Quais são as fontes dos recursos e quais os prazos dessas obras?

Desses projetos todos mencionados pelo senhor, quais os projetos que o senhor vai entregar conclusos no seu governo? Ou seja, no Governo do Prefeito Gilberto Kassab. Nós vamos iniciar e vamos concluir uma fase dele. O senhor mencionou que esta pasta é nova, mas tem diversos projetos. É uma preocupação desta Casa a questão da produtividade. Aqui na Câmara Municipal se cobra muito a produtividade, enfim, aquilo que o secretário efetivamente inicia e conclui na sua gestão. É preciso que haja um planejamento estratégico conclusivo das matérias de que se trata.

Eu cobreí muito claramente do Secretário – e me disseram que eu fui duro com ele, com o Secretário Bucalem, mas a cobrança é o que o senhor vai iniciar e o que vai entregar na gestão, com muita clareza.

Pediria que o senhor desse, na inicial, as respostas para que possamos prosseguir

nesse debate. Todas essas perguntas estão sintetizadas, de bastidores, junto com os Srs. Vereadores.

Registre-se a presença do Vereador Adilson Amadeu, que já manifestou interesse de formular suas questões ao senhor.

Lembro ao senhor, Secretário, que é possível outros Vereadores voltarem, agora, após o almoço, para formularem mais algumas questões.

Em primeiro lugar, agradeço a resposta à minha questão e, em seguida, ao Vereador Paulo Frange que já se inscreveu e tem, principalmente, esclarecimentos na área hospitalar.

**O SR. MARCOS CINTRA** - Foram várias perguntas formuladas pelo Vereador Milton Leite e tentarei abordá-las da melhor maneira possível.

Por favor, Vereador, em qualquer momento que considerar necessário, pode interromper para que eu possa esclarecer.

Começemos com Pirituba e Anhembi. Sua pergunta é se foi analisada a possibilidade de se investir no próprio Anhembi, no recinto do Anhembi, ao invés de se mudar ou construir-se uma nova estrutura em Pirituba. Malgrado, ou em que pese os interesses que a região tem de receber um grande investimento como mecanismo de desenvolvimento econômico naquela região, fica realmente a pergunta: não seria mais econômico, mais viável, fazer-se uma espécie de *retrofit* de toda aquela região do Anhembi, mormente quando se imagina a possibilidade de incorporação à área do Anhembi de toda aquela região da força aérea, do Campo de Marte, que, de acordo com todas as decisões judiciais que temos tido conhecimento, deverão, de fato, ser transferidas para a Cidade de São Paulo.

Diria o seguinte: primeiro, antes da minha chegada à essa gestão, e mesmo antes dessa gestão, estudos referentes ao aprimoramento, ao melhoramento, à expansão do Anhembi vêm sendo feitos. Esses estudos indicam algumas dificuldades, mas também algumas vantagens nessa região.

A primeira vantagem é essa de que é uma região já existente, já tem uma certa tradição nas atividades de exposição e convenções, alguns investimentos já feitos, mas ela conta também com vários e enormes inconvenientes. Em primeiro lugar, a região do Anhembi, não tenho exatamente a certeza, mas tenho a impressão dela ter uma área total de algo próximo a 200 ou 220 mil metros. Se incorporarmos a região do Campo de Marte, isto será significativamente ampliado, mas é uma decisão que poderá demorar ainda, malgrado algumas decisões importantes já tomadas há muitos anos, quem sabe até, há décadas.

O que está sendo negociado, o que já existe, - informações essas que quem sabe com muito mais propriedade deveriam ser feitas ao Secretário Rubens Chammas, a ele que está subordinada a Secretaria responsável pelo patrimônio mobiliário da Cidade de São Paulo, não sou eu, mas ele quem gere todos os terrenos e patrimônios -, mas, segundo essas informações, apesar de haver o reconhecimento de que aquela área, de fato, pertence à Prefeitura, existe uma ocupação que vem de décadas e precisa se considerar como se realocar vários investimentos significativos para o Município, para o País e para outras regiões e quem paga por eles.

Em primeiro lugar, o próprio campo. Existe – sei por parte do Estado de São Paulo, recentemente até o Vice-Governador Guilherme Afif Domingos divulgou algo sobre isso – a intenção de construção de um aeroporto executivo e de um heliporto na Cidade de São Paulo, e o Campo de Marte é considerado como uma dessas alternativas.

Em segundo lugar, lá tem uma pista que hoje tem uma grande utilização e nós não poderíamos, simplesmente, fechá-la sem alguma alternativa a esses usos.

Além disso, existe lá um hospital militar e várias residências de militares que moram naquela região, mais um número enorme de equipamentos, prédios e depósitos...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, permita-me só um aparte. No Piritubão, qual é a estimativa de área construída que há para receber o evento? Sendo objetivo: em Pirituba, serão construídos quantos metros quadrados que

permitirão recebermos a Expo-2020?

**O SR. MARCOS CINTRA** – O Anhembi tem hoje 70 mil metros de área à disposição mais um centro de convenções para 1,5 mil pessoas, se não me engano. Algo próximo a isso. O objetivo de Pirituba é um centro de exposições com 450 mil metros quadrados, ou seja, 7 vezes a área do Anhembi, na sua terceira fase. A primeira fase – essa que deverá estar pronta já para 2014 prevê a construção de um galpão de 160 mil metros quadrados de área de exposição, chegando até a 450 mil metros. Será um dos maiores centros de exposições do mundo.

Além disso,...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Só um esclarecimento. Se estimarmos a área só do estacionamento que atualmente existe no Anhembi e a verticalizarmos em duas, três, quatro, cinco, lajes, não há necessidade do centro de exposições, uma vez que ninguém consegue visualizar tudo ao mesmo tempo. Isso pode ser feito em lajes e com garagens subterrâneas. Resolveria o nosso problema, Secretário. Nessa área, teríamos muito mais impacto. Além da área dos 70 mil existentes, temos uma área em que poderíamos fazer, como o senhor diz, um retrofit, um novo planejamento; faríamos garagens subterrâneas e verticalizaríamos cinco, seis lajes – da ordem de 70 mil quadrados -, o que resolveria o problema. O senhor está dizendo 160 mil metros quadrados: isso seria duas vezes o piso que nós teríamos no Anhembi hoje, ou deslocado para o estacionamento, que comportaria essa mesma demanda, sem prejuízo da atual área existente.

São essas as dúvidas que permanecem na nossa mente. Será que há necessidade de se fazer a obra lá? Ou pode ser feita aqui? Isso é o que o senhor precisa esclarecer. Nós vamos votar o Piritubão com diversas dúvidas em relação a

uma alternativa. A alternativa que estamos propondo é recuperar. Teríamos a área da avenida totalmente liberada. Com os recursos que o senhor está mencionando, com um túnel de 2 quilômetros não se gastariam, tranquilamente, 800 milhões. Ou seja, o senhor teria toda a avenida liberada, estruturada para se trabalhar sobre ela. A Olavo Fontoura permaneceria subterrânea, e o senhor teria tudo em cima ou para estacionamento, ou se deslocaria o estacionamento e se verticalizaria o atual estacionamento. Seria uma mera realocação de áreas e seu reaproveitamento.

Então, não estou vendo, *a priori*, essa demanda que justificaria a obra ser lá. Daí a pergunta: o senhor mencionou, na inicial, 160 mil metros quadrados. Tranquilamente, o Anhembi comporta, não precisa ser em uma laje. E duvido que no próprio Piritubão seja num só piso.

**O SR. MARCOS CINTRA** – É um piso só.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Um platô único? Há dificuldade de ser feito em dois, três, quatro?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Pode-se fazer até dois. Veja... Esse trabalho, Vereador, está sendo feito por uma empresa internacional, alemã, que está trazendo...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Qual é a empresa, Secretário?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Eu nem sei o nome dela. É a empresa que vai...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – (ininteligível) pela Prefeitura para fazer estudo?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Não, não, não. O estudo é da PMI. A empresa que foi cadastrada e autorizada para efetuar os estudos é que contrata... Quem sabe eu deva lhe explicar, já que foi uma pergunta que vale para todas as outras, como é que são feitas as contratações. Mas, antes de entrar nessa questão, Vereador, quero

dizer o seguinte: o que está sendo feito ali é um equipamento muito moderno, que vai chegar a 450 mil metros de área de exposições para a cidade de São Paulo. Além disso, para exposição de 2020, o organizador exige mais 1 milhão de metros para que os países possam construir os seus pavilhões, a serem colocados à disposição dos países do mundo que queiram participar da exposição, a construção de seus respectivos equipamentos, coisa que aí já não caberia, provavelmente, no Anhembi.

Além disso, um dos inconvenientes do Anhembi é que a obra seria um polo gerador de tráfego muito mais intenso do que já. Em termos de acessibilidade, a região de Pirituba foi considerada mais adequada, uma vez que ela está muito próxima do Rodoanel e de duas das maiores rodovias –Anhanguera e, diretamente, a Bandeirantes.

Lá existe uma estação de CPTM, e uma estação de Metrô que está sendo chamada, exatamente para aquele recinto. Pirituba tem algumas mensagens, essas que mencionei de disponibilidade de áreas. Algumas desvantagens, sem dúvida alguma. Uma delas é essa. A questão ambiental. Ainda hoje o Secretário Miguel Bucalém me ligou, solicitando informações com relação a porcentagem da área que será mantida permeável. Quanto será a taxa de impermeabilidade, devo estar informando, pedi ainda hoje aos engenheiros que me dessem esses dados para informar esse número. Mas a nossa sensação é de que não é só a área disposição. Além dessa área, vamos supor, nessa primeira fase de 160 mil metros, haverá necessidade também de pelo menos em uma área equivalente que são as áreas de depósito, de estacionamentos de ônibus, estacionamentos de automóveis, áreas funcionais para abrigar todo o equipamento que será demonstrado, porque? O que acontece hoje no Anhembi e essa é uma das razões pelas quais o Anhembi tem uma baixa taxa de utilização é que se uma exposição demora quinze dias de vida, ela demora outros quinze dias para ser montado e desmontado. O potencial de uso de uso do Anhembi é minimizado em

função dessa necessidade de você não usar o equipamento enquanto você faz a montagem e desmontagem das disposições. Daí à necessidade de áreas de serviço ao lado das áreas de exposição necessidade de áreas de serviço ao lado das áreas de exposição propriamente ditas, além desses 160 mil metros para você minimizar o tempo necessário para montagem e desmontagem com isso ter maior rentabilidade. Essas considerações foram feitas. O que eu diria para o senhor é o seguinte:

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então foi feito um estudo em cima da área existente deslocando, considerando a possibilidade do aproveitamento da Av. Olavo Fontoura, como alternativa e agregando a ela a área do Anhembi existente, com eventuais desapropriações que pudessem compensar esse impacto que teríamos na região...Isso foi feito. Há um básico existente.

**O SR. MARCOS CINTRA** – Existe esse estudo. Não foi feito por mim. Foi feito anteriormente a minha chegada ao Governo, foi feito pelo próprio SPTuris. Inclusive isso foi feito junto com aquele grupo da feira Milano, e eles estiveram aqui no Brasil, fui informado alguns anos atrás se interessaram, eventualmente, fazer uma parceria com a Prefeitura do Município de São Paulo e estudaram a ampliação daquele espaço, mas sem qualquer previsão de construção de um equipamento que possamos dizer que será adequado a Cidade de São Paulo para daqui há dez anos. Seria um equipamento que poderia ser adequado, quem sabe para agora e para daqui cinco e no máximo dez anos, pensando em 20, 30, 40 anos não seria o equipamento adequado aqui no Anhembi, daí a razão pela busca de uma coisa maior, principalmente, em função da expansão de 2020. Claramente, se optássemos pelo Anhembi, o projeto da exposição 2020 teria de ser descartado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O senhor é economista, apenas para concluir, essa fase que o senhor não respondeu, as empresas que foram habilitadas a priori o a Anhembi, do procedimento, da lei de concessões conheço bem, quero que o senhor externar, publicamente para os vereadores tomarem ciência do cumprimento da legislação que permite

da habilitação. Quando se trata de parcerias que elas têm de se habilitar e manifestar o interesse com relação a isso. O estudo técnico de viabilidade econômica financeira, com relação ao retorno para Piritubão, isso foi feito, está elaborado. Quando vai fazer um investimento, a cidade pretende fazer algo desta monta, é preciso que ele faça o estudo e a viabilidade econômica, quanto tempo isso vai pagar se isso vai impactar ao longo do período que o senhor está falando o retorno que nos trás, o colocado na balança, de um lado impacto ambiental, impacto econômico financeiro, o retorno que isso trará e qual o resultante pelos próximos 30 , a 40 anos, para termos o resultado em cima desse Piritubão. É algo um pouco mais, de longo prazo. Se não, não é possível fazermos investimento agora. Saindo desapropriando aqui com essa pressa sem ter esses estudos de que falo, claramente.

A viabilidade econômica primeiro; o ambiental como um todo e a alternativa do Anhembi aqui proposta com clareza.

Concedo aparte ao Vereador Chico Macena.

**O SR. CHICO MACENA** – Secretário, estava ouvindo V.Exa. atentamente. A respeito do Piritubão: o senhor colocou 1 milhão de metros quadrados para a construção dos pavilhões. Em torno de 450 mil metros quadrados para a área de exposição. Deve ter alguma coisa de estacionamento e tudo o mais.

Hoje, segundo o Plano Diretor do Município de São Paulo, naquela área, sem usar as áreas ZEPAM e ZEIS, temos a possibilidade de construção de 2,3 milhões de metros quadrados. Isso é possível, devido ao coeficiente existente hoje.

Os números que o senhor apresentou até agora em resultam 1.450.000 metros quadrados. No entanto, o projeto de lei encaminhado a esta Casa, com a mudança do coeficiente das áreas ZEPAM, alteraria a possibilidade de construção para 3,8 milhões de metros quadrados. Quer dizer, parece-me um número enorme.

Toda vez em que perguntamos ao Secretário Miguel Bucalem, que esteve nesta Casa, ou, inclusive, no pedido de informações para o Executivo, nos dizem que não existe um

plano de massas, um plano de ocupação da área, que seria fundamental para sabermos, inclusive – essa a pergunta que fiz ao Secretário, a qual ele encaminhou para a vossa Secretaria -, qual a taxa de impermeabilidade da área. Se não há um plano de massa, não tem como saber a taxa de impermeabilidade e, se tem um plano de massa, que não é enviado a esta Casa, não temos flexibilidade para trabalharmos alternativas de preservação da área de proteção ambiental.

Então, a pergunta é: tem ou não tem um plano de ocupação da área, um plano de massa? Não digo um projeto, mas quero saber exatamente: nesse território, ocuparemos tantos metros quadrados, portanto, precisamos avançar, nas ZEPAMs, se é só melhoramento ou não é.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Chico, fiz essa pergunta pelo seguinte: qual o planejamento básico para implantação da área. Essa é a pergunta.

**O SR. CHICO MACENA** – É. Porque outra coisa: temos um ADUP para 4,8 milhões de metros quadrados. Aparentemente, é uma área muito maior do que a que o próprio Secretário está dizendo que será utilizado. Além disso, o projeto do Executivo aumenta essa área para 5,2 milhões de metros quadrados. Queremos entender um pouco, e isso tem a ver com a pergunta do Relator Milton Leite sobre qual o valor da desapropriação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Peço que o senhor seja sintético: quais as empresas habilitadas para a Feirinha da Madrugada, o Piritubão.

**O SR. MARCOS CINTRA** – O projeto Pirituba envolve não só a minha Secretaria. Mas, também, a Secretaria do Verde, que tem um envolvimento grande, uma vez que aquela região, como todos sabemos, tem uma topografia bastante acidentada.

Temos um pré-projeto de ocupação de massa – que posso colocar à sua disposição e faço questão disso. Se quiser, marque uma reunião para que eu traga.

**O SR. CHICO MACENA** – Pela ordem, Presidente.

Solicito ao Sr. Secretário, porque isso é um dos pontos cruciais para a votação

nesta Casa, que encaminhasse, oficialmente, ao Presidente da Casa esse projeto de ocupação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – E que fosse apensado ao projeto de lei.

**O SR. MARCOS CINTRA** - Estou à disposição.

Não é projeto, Vereador. É apenas um pré-projeto.

- Tumulto na reunião.

**O SR. MARCOS CINTRA** - Deixem que eu esclareça: todo o licenciamento verde ainda não está finalizado. Inclusive, os senhores devem ter visto pela imprensa, foi obstaculizado por conta de uma liminar.

Dependendo desses estudos, do EIA/RIMA, que ainda serão feitos para aquela região, é possível que haja algumas alterações em termos de ocupação.

Então, é um pré-projeto, mas já está bem definido. Já dá para ver exatamente o que será feito, aonde serão os parques lineares. Existem uma ou duas pedreiras que, absolutamente, não poderão ser utilizadas porque serão áreas e parques de lazer. Existe um grande parque linear. Portanto, esses cinco milhões de metros que, na realidade, compõem a gleba, parece que são cinco milhões de metros construíveis, mas não são. São cinco milhões de metros, no total.

Então, esse projeto tem o envolvimento muito grande da Secretaria do Verde e Meio Ambiente; da Secretaria de Urbanismo, que é quem está fazendo todo esse projeto para coeficientes de utilização, enfim, de alterações - eventualmente, um esclarecimento do zoneamento – e tem a Secretaria do Planejamento, que é quem mexe com a parte patrimonial, dos investimentos.

Se o senhor perguntar para mim, por exemplo, qual o valor previsto para desapropriações, não tenho esse dado ainda. Isso não me foi passado. Por quê? Porque é o Desap que está fazendo a avaliação, que precisa, depois,...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas, Sr. Secretário, permita-me interromper.

Se não temos o custo da desapropriação, qual o estudo da viabilidade? Como vou nortear o estudo de viabilidade econômica do retorno desse investimento? É um fator primordial, Secretário.

**O SR. SECRETÁRIO** – Utilizo um exame, uma técnica de sensibilidade. Trabalho com o patamar mínimo de 200 milhões e trabalho com o patamar máximo de 450 a 500 milhões. Então, estou trabalhando com intervalos para poder fazer esse cálculo.

Agora, se o senhor perguntar: “Já está pronto?” Respondo que não, porque quem definirá, inclusive o valor e a negociação, é o Poder Judiciário que dará, se houver litígio, o valor da área. Mas estou trabalhando com intervalos e posso até adiantar alguns dados importantes para o senhor avaliar a taxa de rentabilidade do projeto. É uma PPP; vai durar 30 anos; é uma PPP que tem algumas premissas básicas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Qual o VGP dela, Secretário?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Um bilhão e seiscentos milhões na primeira parte, é o custo de investimento. Então, o custo de investimento, na primeira parte, é de um bilhão e seiscentos milhões.

Desses um bilhão e seiscentos milhões de investimento, estão fora, não estão incluídos ainda um bilhão e meio, que são investimentos públicos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Públicos, Sr. Secretário?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Públicos no seguinte sentido, por exemplo, a Estação da Vila Clarice, do Metrô, será deslocada para atender ao empreendimento. É um investimento que está para a população como um todo. Ela, simplesmente, será ajustada.

Existe uma previsão de extensão do Metrô para aquela região. Existe a necessidade de se fazer uma bacia de decantação para a questão de enchentes na região, que terá de ser feita pela Sabesp e Cetesb. Ao mesmo tempo, existe a necessidade de deslocamento da Polícia Militar que hoje está instalada em uma das partes daquele terreno, e que passará a ser obrigação da Prefeitura a aquisição de um novo terreno e a construção de

outro equipamento. E, mediante convênio com o Governo do Estado, haverá cessão da área que hoje está na Polícia Militar. E, inclusive, a própria desapropriação.

Esses valores chegam a um bilhão e meio, incluindo a desapropriação. E o entendimento é que esse custo será partilhado entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Haverá uma divisão desses valores.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – E a parte do Município, o senhor tem ideia?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Meio a meio. Basicamente meio a meio. Esse um bilhão e meio será dividido entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal. Aproximadamente, 750 milhões. A desapropriação deve ficar em 200, 300, 400 milhões, ainda não sei exatamente esse valor.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas entre 200, 300, são 100 milhões, Secretário.

**O SR. MARCOS CINTRA** - Estou trabalhando com intervalos. Gostaríamos de fazer a desapropriação pelo menor valor possível. Então, trabalho com a hipótese, vamos supor, e se conseguir uma boa negociação. Agora, é o imponderável, que ainda não podemos ter esse número em definitivo.

Além disso, Vereador, a PPP vai durar 35 anos. Uma vez feito esse investimento, pela iniciativa privada, terminados os 35 anos, ele reverte inteiramente para o Poder Público, todos os equipamentos voltam e passarão a ser propriedade da Prefeitura. E essa PPP está prevendo um desembolso, uma contra prestação anual, por parte da Prefeitura, de 50 milhões por ano.

Quer dizer, além das receitas que o empreendimento vai gerar, além das receitas acessórias que o empreendimento vai trazer para remunerar o concessionário vencedor da licitação, a Prefeitura terá, segundo os meus cálculos iniciais, ainda a necessidade de fazer um aporte de 50 milhões por ano, para a sustentação desse parque. Hoje nós gastamos alguma coisa próxima de 70, 80 milhões com o Anhembi. Então está mais ou menos nesse mesmo

patamar de gastos, com uma cláusula resolutiva que estou colocando no contrato, que diz o seguinte: “Se o empreendimento passar a ter uma taxa de retorno positiva, ela será partilhada com o Poder Público”.

Assim, esses 50 milhões que a Prefeitura dá todos os anos, vão ser diminuídos e eventualmente, se o empreendimento for um sucesso, como poderá ser daqui dez, quinze ou vinte anos, espero que seja, a Prefeitura poderá ter até um retorno, uma entrada de recursos com o empreendimento.

Posso dar um último esclarecimento, Sr. Presidente, que acho importante?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, haverá abertura de sessão às 14h. Às 14h20 vamos suspender a sessão e concluir esta audiência, que é fundamental para a votação de um dos principais projetos que estão na pauta.

Por isso, neste momento, vamos suspender esta audiência.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O Sr. Secretário estava respondendo as questões em relação ao Piritubão.

Sr. Secretário, V.Exa. pode retomar. Temos diversas perguntas, mas V.Exa. estava concluindo a parte do Piritubão, restando algumas questões que eu havia feito a V.Exa.

Uma das questões que ficou pendente é: das demais PPPs, quais serão conclusas neste mandato? O que V.Exa. entregará efetivamente? Quais os resultados? Quais as empresas que se habilitaram em cada um dos projetos que V.Exa. está conduzindo?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Essa é a pergunta que queria esclarecer ao Sr. Vereador.

Todos os projetos da Secretaria – na realidade, nem temos orçamento para isso – são executados mediante um procedimento que se chama Programa de Manifestação de Interesse. É uma legislação federal que foi adaptada à legislação municipal e também estadual e que basicamente dispõe o seguinte: qualquer empresa pode manifestar interesse em

desenvolver um determinado projeto.

Se ela obtiver a autorização, não é contratação, Secretário, ela não recebe nada por isso, não custa nada aos cofres públicos, mas se ela receber a autorização para elaborar o projeto, elaborar estudos preliminares de viabilidade econômico-financeiro, físico, daí pode executá-los sem ônus para a Prefeitura. Então, isso foi ajustado e adaptado para a legislação municipal e o que acontece é que uma empresa pode manifestar interesse em desenvolver um projeto como está sendo feito em várias Secretarias, não é só na minha. Por exemplo, na área de habitação popular, uma empresa pode dizer que tem interesse em construir uma habitação popular neste terreno, com estas características, terreno da Prefeitura e quero elaborar um projeto e apresentar para a Prefeitura.

A empresa é autorizada a iniciar os estudos e o ato que dá autorização a essa empresa para iniciar os estudos é publicado no Diário Oficial e abre-se um prazo para que qualquer outra empresa que queira também efetuar o mesmo estudo também se apresente e passe à Fazenda.

Esses estudos não custam nada para a Prefeitura, eles podem não serem utilizados por ela se por acaso o Poder Público julgar que o estudo não é adequado, que não é condizente com a expectativa da Prefeitura, ele poderá ser simplesmente arquivado, poderá ser até inutilizado, contudo, se o projeto for licitado, daí o vencedor da licitação paga o custo do projeto. Ele mesmo se autoressarci, pela legislação federal no caso de concessões.

**O SR. CHICO MACENA** - Como é calculado o valor dos estudos? Por que senão vira uma consultoria a priori, aí vai ser remunerada? Com é que vamos estimar quanto realmente custam aqueles estudos com valores de mercado e tudo o mais.

**O SR. MARCOS CINTRA** – Isso tudo está regulamentado num decreto do Prefeito, todos esses dados são apresentados, cria-se uma comissão, que analisa primeiro o interesse público no projeto. Em seguida, ela analisa os custos que são apresentados pela empresa, se estão dentro dos parâmetros, inclusive, tradicionalmente utilizados pelo BNDES, na avaliação

de projetos, e a partir disso é que lhes é dada a autorização.

No caso específico do projeto de Pirituba essa autorização foi dada, se não me engano, há três anos pela Siurb, não foi nem dado pela minha Secretaria, para a empresa Odebrecht, que manifestou interesse e foi autorizada pela Siurb para elaborar os projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ela manifestou interesse único, ou...isso está publicado?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Está.

**P** – Ela manifestou em consórcio ou individualmente?

**R** – Não foi feito pela minha Secretaria, não saberia dizer.

**P** – O senhor é que está conduzindo agora. O senhor tem tido contato com a Odebrecht para a condução desse processo?

**R** – Hoje ela tem outros parceiros que estão trabalhando com ela.

**P** – Então é consórcio?

**R** – Imagino que sim, mas não sei se isso está... se foi formalizado lá atrás ou se houve alguma formalização...

**P** – (palavras ininteligíveis)

**R** – A Camargo Correia.

**P** – A Camargo Correia e a Odebrecht são os únicos interessados no Piritubão?

**R** – São os dois que estão...

**P** – A manifestação na inicial lá atrás é única?

**R** – Eu acho que era só a Odebrecht e depois deve ter sido feito algum aditivo, alguma coisa.

**P** - Em nível de proposta, é única?

**R** – É uma proposta só.

**O SR. PAULO FRANGE** – Pode estar havendo um trabalho em parceria, mas não tem o consórcio formalizado. É isso Sr. Secretário?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Não sei, Vereador, não foi feito pela minha é uma coisa que posso perfeitamente verificar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Mas, Secretário, um negócio de bilhões num grupo só?

**R** – Mas, esse é só um estudo, Vereador. Depois isso vai para a licitação.

**P** – Eu conheço a lei, Sr. Secretário, mas eu digo que na manifestação, na inicial, quando o negócio é bom há de se imaginar que pelo menos três ou quatro grupos, alguns grupos internacionais, manifestar interesse no assunto. Quando a manifestação fica na inicial só num grupo... se o senhor disser que vai abrir a PPP para o Metrô, vem gente do mundo inteiro. (palavras ininteligíveis)

Se for aberta uma licitação internacional ou uma livre manifestação internacional, aparecem muitas pessoas também.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – É diferente, Sr. Presidente. Quando se abre uma licitação...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Aí há possibilidade de manifestação de interesse.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Aí não se abre. A própria empresa... Por isso que se chama de Programa de Manifestação de Interesse. Não é um chamamento, não é uma licitação. Quando se faz uma licitação, há a remuneração, paga... Nesse caso, ela não é paga.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Apareceu uma manifestação e o município embarca em bilhões nesse negócio. Há uma manifestação de três anos de um negócio que o município já está colocando... V.Exa. está falando de bilhões na primeira proposta? Sem os estudos, se estão há três anos, deveriam estar apensados, nesse processo, todos os estudos, até porque já estamos mudando o zoneamento, em cima de uma única proposta, de manifestação de interesse.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Sr. Presidente, a empresa manifesta interesse em elaborar os estudos econômico-financeiros para o desenvolvimento de um determinado projeto. Ato contínuo da Secretaria...

**O SR. CHICO MACENA** – Só um aparte, Sr. Secretário. O objeto da manifestação há três anos é o mesmo que está sendo desenvolvido agora?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É o mesmo que foi publicado?

**O SR. CHICO MACENA** – É o mesmo que foi publicado? É o Centro de Exposições 2020?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Centro de Exposições Anhembi, Expo São Paulo.

**O SR. CHICO MACENA** – É o mesmo?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – É o mesmo.

**O SR. CHICO MACENA** – O que está publicado é o mesmo objeto. Vamos verificar isso no *Diário Oficial da Cidade*.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Aí a Secretaria autoriza ou não. O decreto do Sr. Prefeito, de 2009 ou comezinho de 2010, diz que antes de a Secretaria... Qualquer Secretaria ou empresa pública pode autorizar. Antes de essa autorização ser concedida, cria-se uma comissão, que analisa o escopo do projeto, o objeto do contrato e o preço proposto para o custo da realização desses estudos. Aí ela pode autorizar, modificar ou não autorizar. No momento em que autoriza essa empresa, automaticamente, abre um prazo, para que qualquer outra empresa que queira também apresentar projetos, no mesmo escopo, para o mesmo objetivo, possa também apresentar suas propostas. Aí, novamente, autoriza ou não, em função da viabilidade do interesse público nesses projetos. Finalizados os estudos que a empresa faz, a quatro mãos, com a Prefeitura, esse trabalho final é entregue, e é dado o encerramento dessa autorização. A partir desse momento, todo o escopo, o acervo do trabalho passa a ser propriedade da Prefeitura, que analisa, vê se está bom, muda, altera ou joga no

lixo, se não quiser utilizar. Mas, se quiser utilizar aquele trabalho, faz o edital de licitação, e aí o vencedor reembolsa o executor do projeto naquele preço previsto na autorização concedida.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Quer dizer, fica um projeto contratado, sem licitação, num pano de fundo. Se a empresa não ganhar, o projeto milionário para execução fica(?) sem licitação. A Odebresch, na pior das hipóteses, sai com um projeto, e não perde nada. Só tende a ganhar. Duvido que, na perspectiva, haja outro que não ela, vencedora nesse pleito licitatório. Estou falando de uma licitação futura. Ninguém vai entrar num projeto, com todo respeito, com uma empresa desse porte, aportando recursos num mercado disputado, mesmo com detalhamento de projetos. As informações não vêm todas... Ela que as detém... É como se fosse uma patente. Difícilmente, assistimos a isso em PPPs, aquele que não propor(?) o projeto seja vencedor da licitação. É claro que há uma vantagem técnica monstruosa. Não é tudo(?) que foi explicitado em projetos.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Sr. Presidente, a legislação federal é muito clara. Projeto executivo essa empresa autoriza não pode fazer. Só pode fazer antiprojetos, que são entregues ao poder público. Aí, esse poder... (ininteligível)

**O SR. CHICO MACENA** – E qual o valor estimado desse projeto?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – É uma manifestação de interesse.

**O SR. CHICO MACENA** – Mas qual é o valor estimado desse projeto?

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Desse de Pirituba?

**O SR. CHICO MACENA** – De Pirituba, desse antiprojeto.

**O SR. MAURO RICARDO MACHADO COSTA** – Não sei, porque, como eu falei, não foi feito pela minha Secretaria, mas está publicado. Basta ser analisado.

**O SR. CHICO MACENA** – Agora, outra dúvida. Sendo um centro de exposições, porque Siurb?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Porque, naquele momento, quando foi feito esse projeto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico não existia, era uma obra importante e foi

a Siurb que executou esse trabalho. Foi anteriormente a essa estruturação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sr. Secretário, eu duvido que uma empresa como a Odebrecht entre numa aventura com um projeto básico. Quando eu digo da vantagem técnica, é porque eu tenho uma empresa que faz projetos e obras, então, pense o senhor que está debatendo com alguém que conhece um pouquinho esse mercado, para não dizer muito. Sr. Secretário, alguém que tenha apenas informação básica não vai implementar estudos com riqueza de detalhamento e não vai disponibilizá-la. Nenhum grupo vai fazer uma aposta dessa natureza com segredos de projetos do autor. Não nesse porte. Por isso, Secretário, que eu estou dizendo que quem fez a proposta inicial do básico ou do antiprojeto, seguramente, não vai entregar todas as informações, só as mínimas que permitam que os concorrentes que queiram se habilitar fiquem perdidos, o que é natural, porque é uma defesa comercial, não sei se legítima ou não.

**O SR. MARCOS CINTRA** – Permita-me fazer um esclarecimento. Na fase licitatória, todo esse acervo de informações será tornado público. A fase de consulta pública vai tornar transparentes esses dados, mas nem sempre é a maneira como todas as obras do Governo Federal e do Governo Estadual, regidas por uma legislação federais, são feitas. Nem sempre também o Executivo...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Não estou dizendo que não é, Secretário. Mas, como eu conheço um pouco de mercado, digo que, se a Odebrecht sair do negócio, é porque ela compôs com outro, fez outra PPP de interesse ou já faz parte outro. Mas eu digo que quem sai já é vencedor. Não tenho nenhuma dúvida disso. Eu não tenho nada contrário, porque o mundo dos negócios é assim regido. Eu só acho temerário o Município entrar como sócio num negócio dessa monta diante dos riscos expostos.

Então, continuo insistindo que o Anhembi não tem um estudo. Isso porque à empresa interessa aquela área especificamente, e à empresa proponente não interessa desenvolver estudos para a área do Anhembi. Não há interesse.

**O SR. MARCOS CINTRA** – Pelo contrário, Vereador, os estudos, numa determinada fase, inclusive a partir do momento em que eu comecei a acompanhar, incluíram, sim, o Anhembi.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Conduzidos pela Odebrecht?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Conduzidos pela Odebrecht.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então, está explicado.

**O SR. MARCOS CINTRA** – Não, mas foram eles que queriam fazer. A Prefeitura, o Poder Público Municipal que optou por fazer um equipamento que pudesse receber uma exposição em 2020, algo que não seria possível ser feito na região do Anhembi. Inclusive, eles propuseram a incorporação do Anhembi dentro desse projeto, mas acabou caminhando numa linha diferente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – E a Feirinha da Madrugada?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Quem está fazendo o projeto da Feira da Madrugada é a EBP – Estruturadora Brasileira de Projetos, que é uma empresa que pertence em 51% ao BNDES e em 49% pertence a bancos, ou seja, só de setor financeiro.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Então, a Feirinha da Madrugada vai para o mercado financeiro?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Não, eles elaboram o projeto, mas não participam. Pelo seu estatuto, inclusive, a EBP não participa de projetos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ela, então, vai vender o projeto?

**O SR. MARCOS CINTRA** – A tese é a de que não vai vender o projeto. Eu desconfio de uma coisa que quero dividir com o senhor: para a EBP é uma forma de o sistema bancário conhecer os projetos que eles vão ter que financiar.

Então, eles querem eles mesmos conhecer bem os projetos, saber quais são os custos e a viabilidade do projeto, o trabalho que eles teriam de fazer depois, caso o vencedor da licitação fosse pedir financiamento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O valor estimado do projeto?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Como?

**P** - O valor estimado, esse o senhor não fez?

**R** - Não, Pirituba também está sendo feito.

**P** - Não, mas do projeto. Esse era o valor estimado do projeto, já remontava lá atrás e este não. Este é o da Feira da Madrugada.

**R** - Não vim preparado para esse. Tenho a impressão de que deve ser algum valor na faixa de... Não sei, eu posso lhe mandar essa informação. São 3 ou 4 milhões, algum valor assim, eu não sei, não vou chutar, não.

**P** - Não, não, aí a gente levanta pelo Diário Oficial.

**R** - Está tudo publicado.

**P** - Eu mando levantar.

Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** - Secretário, boa tarde.

O assunto Parceria Pública na Saúde é novo no Brasil, inclusive na América Latina, e essa é uma ferramenta que temos sonhado em ver aplicada e não conseguimos ainda ver nascer essa criança.

A Parceria Pública da Saúde aqui em São Paulo é uma expectativa muito grande nossa, desde quando aprovamos aqui na Casa, e a minha grande preocupação é que, se der certo, vai ser modelo para o Brasil; se não conseguirmos, pelo menos, licitar e contratar nada, vai ser uma frustração muito grande para a América do Sul, porque o Chile está vivendo a mesma situação que nós. Lá temos feito um trabalho, inclusive, acompanhando o que está acontecendo em Santiago. A situação é praticamente a mesma que a nossa.

O que gostaríamos de entender é que, na Parceria Público-Privada na Saúde, estamos adiando o processo licitatório a cada vez e o mercado vem se sentindo não sei se inseguro ou não, mas, a cada vez que adiamos o processo licitatório, ouço ecos da Saúde. Por

que ecos da Saúde? Porque, como vamos trabalhar com uma empresa de propósito específico que praticamente vai ser constituída utilizando uma organização social - e eu participo da Federação Brasileira dos Administradores Hospitalares, temos reuniões mensais - e o assunto chega a ser preocupante, porque, primeiro, uma discussão com relação a como é que vai ser tratado o tempo, a taxa de retorno. É um assunto que, no início, quando vi as primeiras manifestações, achei que não teríamos parceiro, se mantivéssemos daquele jeito o processo. E o outro aspecto é quanto ao garantidor, como garantir isso. No início, imaginei que a PPI, por si só, poderia garantir. Depois, consegui entender que não seria possível.

Não conseguimos colocar aqui a figura do seguro garantidor, que encarece muito o processo, mas seria uma facilidade enorme de agora termos um parceiro, com o seguro garantidor. A discussão agora é que tipo de garantias estamos oferecendo, recebíveis e fluxo de caixa. O que estamos dando em garantia? E, dando em garantia esse tipo de situação, ela depende da anuência de Banco Nacional de Desenvolvimento, BNDES? Esse é um questionamento que gostaria que, depois, o senhor pudesse nos esclarecer, que ainda não consegui enxergar e entender todo esse processo no mecanismo dessa garantia que vamos oferecer ao mercado e como é que ficaram a situações desses cálculos.

Para chegar a isso, não tive oportunidade de encontrar em lugar nenhum como foi feito, como se chegou aos números, ou seja, contratamos uma consultoria externa, alguém apresentou isso à Secretaria? Porque a Secretaria não tinha experiência nisso.

É muito difícil fazer, acho que é muito difícil fazer isso sozinho.

Temos memórias de cálculos disso para que possamos discutir isso nesta Casa? É no sentido de sermos pedagógicos. Acho que, no Parlamento, estamos vivendo um momento fantástico de ter a oportunidade de aprender a lidar com isso aqui, até para poder explicar lá fora.

Como é que trabalhamos esse assunto? Na mesma ordem de perguntas, quando tratamos de Saúde, tratamos de um contrato de 20 ou 30 anos, mas temos aqui uma curva de

envelhecimento. Da mesma forma que fazemos cálculo atuarial para seguradoras, que temos também de embutir essa discussão aqui, numa situação de PPP com a Saúde. Como é que fica discussão disso com relação a, por exemplo, aquecimento ou não desaquecimento da economia num prazo de 20 anos? Como é que colocamos tudo isso?

A outra situação é: as Organizações Sociais, em parceria com o Município, vêm sendo questionadas nas suas prestações de contas sistematicamente pelo Tribunal de Contas, ou seja, essa é uma situação que temos de resolver.

Auditoria externa independente, acho que é a única saída que hoje temos para poder agregar à OS em parceria com o Município para que possamos resolver esse imbróglio que vem com o Tribunal de Contas.

Nesse caso da Parceria Público-Privada, o senhor previu alguma situação onde a gente possa ter uma auditoria externa independente porque imaginem, hoje, temos uma dificuldade de prestação de contas do Executivo na Comissão de Saúde. O Vereador Jamil Murad participa muito. Quando o Secretário vem prestar contas há sempre um monte de discussão que não chegamos a canalizar onde poderíamos ter uma planilha que pudesse ser comparada de um trimestre para outro daquilo que estamos fazendo. Chega no final tem instituições que receberam como organização social pelo cumprimento de contrato, que é uma expectativa de cumprir, não teve a oportunidade de cumprir até porque não conseguiu médico e aí termina o ano com dinheiro em caixa daquilo que recebeu da Prefeitura para executar o serviço, dinheiro aplicado no mercado financeiro. Como ficaria esta situação?

A outra é: a situação que envolve o mercado da Saúde hoje tem um gargalo: o médico. Temos 317 mil médicos no Brasil. 5% estão no Norte; 10% estão no Nordeste; 15% no Centro-Oeste; 20% no Sul e 50% no Sudeste, onde estamos. Hoje, com 50% dos médicos do País aqui no Sudeste já falta médico. Não conseguimos contratar. As OS não conseguem contratar. Na PPP da Saúde como vamos avaliar e aferir o trabalho se hoje temos dificuldade para contratar médicos que precisamos formar em seis anos e mais dois ou três anos de

residência. É um processo de longo prazo. Não conseguimos avaliar ainda como poderíamos resolver uma situação dessas contratualizada em processo de tão longo prazo.

A discussão que envolve esta PPP de Saúde e remuneração dos serviços. Vamos ter a fonte apenas o SUS ou os serviços prestados, atividade-meio da atividade saúde ou vamos utilizar também aquilo que o SUS recebe pela prestação de serviço nesses hospitais. Por fim, o Tesouro vai acrescentar algum recurso? Pergunto, Sr. Secretário o seguinte: na situação de Pirituba, também de Saúde, falamos ao Secretário de Planejamento da importância que seria nesse polo da inclusão de um espaço para receber um hospital privado. Por que um hospital privado? Por que hoje vivemos um estelionato com a população de São Paulo que é vender o plano de saúde, o convênio de saúde, o seguro de saúde para São Paulo onde não há leitos. A região Oeste de São Paulo tem um milhão de habitantes e não tem uma cama da rede privada. Não tem onde internar lá. Tem de cruzar o rio e vir para cá. O primeiro hospital do lado de cá do rio é o São Camilo ou o Samaritano. Depois tem de ir para o outro lado, pegar o Morumbi. Pirituba não tem uma cama privada para que possamos fazer uma apendicite em paciente que tenha Amil ou Unimed, por exemplo. Conversamos e ele entendeu que era uma boa ideia de abrir a oportunidade, além de *shopping center* e centro de convenções, que se abrisse espaço para que pudéssemos. Quando coloquei este assunto conversei com a Federação Brasileira dos Hospitais. Eles viram com muitos bons olhos a oportunidade de implantar um hospital privado naquela região. Por quê? Se 40% da população tem, nós temos 1 milhão de pessoas que, na verdade, migram muito. O fato de não ter hospital privado acaba sobrecarregando o SUS e não temos ressarcimento disso. Até hoje a Agência Nacional de Saúde ainda não conseguiu fazer ressarcir tudo isso. Qualquer tipo de acidente, qualquer urgência ou emergência cai no hospital público e o hospital público atende e, depois de tudo resolvido, o paciente vai bonitinho para o seu hospital depois de todo o serviço ter sido prestado no hospital público. É uma lesão à nossa atividade pública. Poderíamos estar atendendo alguém que não tinha convênio. Então, nesse projeto de Pirituba, se efetivamente

vamos colocar, gostaria que o senhor tivesse bons olhos para essa visão do espaço para a iniciativa privada nesse sentido.

São essas as considerações, Sr. Secretário. Gostaria que o senhor passe um pouco do assunto e, se tivéssemos oportunidade de receber algum tipo de informação de como foi feita essa composição, este estudo, essa memória desses números no sentido de um aprendizado nosso. Ainda não conseguimos entender tudo isso. Esse é o assunto que fizemos aqui em São Paulo. O I Congresso Internacional de Parceria Público Privada da Saúde. Foi montado comigo, junto às instituições que trabalhamos. Fui o palestrante dizendo que São Paulo teria um dia. Isso foi exatamente há quatro anos. Até hoje não conseguimos mostrar para eles como funciona.

Encerrando: quando o senhor acha que teremos esta licitação colocada no mercado?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Secretário, antes de passar a palavra, é um compromisso do Prefeito colocar as três, desses todos produtos que o senhor está tratando, o que o senhor entrega concluso no Governo? Qual desses o senhor inicia e termina a proposta e o projeto na sua gestão, Secretário? Eu queria que o senhor fosse bem sintético e breve, e o mais rápido possível, por conta de outras agendas que temos, Secretário.

**O SR. SECRETÁRIO** – Começarei pela última pergunta. Lamento informar que acredito que nenhum processo estará concluído nos próximos 12 meses, que é quando termina essa gestão. São investimentos longos, alguns de décadas, como no caso de Pirituba. Esse da Saúde, só a fase de construção vai de dois a quatro anos, dependendo do tipo de equipamento. As licitações, pretendemos fazer todas elas, ainda nesta gestão, e como o senhor conhece contratos tanto quanto qualquer um de nós, ou mais, sabe que é imprevisível saber se assinamos o contrato em dois, três ou...

- Comentários simultâneos.

**O SR. SECRETÁRIO** – Vamos colocar todas as licitações na rua: Fernão Dias, os

estacionamentos, o PPP da Saúde, a Feirinha da madrugada – só estamos dependendo agora de receber a cessão do terreno. Enfim, todas elas.

Com relação à PPP da Saúde, especificamente, é uma PPP de 15 anos. Ela é uma PPP mais curta, uma vez que houve um consenso no grupo que elabora esse estudo de que as modificações tecnológicas na área de Saúde são muito extensas, o que dificulta fazer um contrato de muito tempo, de longos anos. Mesmo assim, estamos prevendo que, ao longo desses quinze anos, haverá duas fases de renovação de equipamentos. Dependendo do equipamento até três. Necessidades de revisão, reequipagem e reinvestimentos para renovar os equipamentos. Por essa razão, é apenas 15 anos.

Qual vai ser a contrapartida da Prefeitura? É uma contrapartida que está estimada em 246 milhões de reais por ano para os 16 equipamentos.

Qual é a modalidade dessa PPP? É uma modalidade que vem sendo muito na Espanha, modelo no qual nos espelhamos, e que, basicamente, diz o seguinte: o concessionário constrói o hospital, o equipamento, equipa com todas as exigências constantes no edital. A concessionária opera todos os serviços não clínicos, como limpeza, segurança, hotelaria, lavagem, esterilização, enfim, toda essa parte não médica, mas tudo que diz respeito a avental branco fica por conta da Prefeitura, que vai seguir estritamente suas modalidades operacionais. Portanto, a pergunta de se lá vai ter OS ou não, ou se vai ser a Prefeitura que vai gerir com seu próprio corpo médico, é uma decisão que será tomada...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A logística é por conta da concessionária?

**O SR. SECRETÁRIO** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O equipamento, logística e manutenção.

**O SR. SECRETÁRIO** - A clínica, toda ela, vai seguir a mesma modalidade que nós seguimos hoje para qualquer equipamento. Ou com pessoal próprio, servidores da Prefeitura, ou mediante convênios com OSs.

Existe, sim, a previsão, neste contrato, de uma auditoria independente, interna,

para aferir a qualidade dos serviços prestados pela concessionária, porque existe uma escala de avaliação que, dependendo da avaliação da qualidade dos serviços prestados, poderá significar uma redução na contrapartida que a Prefeitura vai dar à concessionária.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Qual o nível de hotelaria implementada, constante da proposta inicial dos três hospitais, Secretário?

**O SR. SECRETÁRIO** – São 16 equipamentos.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Sei, mas dos três grandes hospitais? São três novos.

**O SR. SECRETÁRIO** – Os três novos não são hospitais grandes. Se não me engano, um é médio, outro é pequeno. São dois médios e um pequeno. Como assim nível da hotelaria?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem uns que são simples, tipo unidade básica de saúde. Outros, têm o nível do hospital do M'Boi Mirim como o Alberto Einstein, que é o melhor que nós temos. Sabemos que há padrões diferentes. Queremos ver como está sendo tratada a situação.

**O SR. SECRETÁRIO** – É o mesmo nível de acreditação que temos hoje nos outros hospitais da Prefeitura.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Nós temos hoje no M'Boi Mirim e Tiradentes. Os outros ...

**O SR. SECRETÁRIO** – O mesmo que estão hoje nos melhores equipamentos da Prefeitura. Essa foi inclusive uma das discussões que nós tivemos, muito acirrada, para saber se deveríamos exigir o mesmo nível de qualidade dos melhores equipamentos da Prefeitura.

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

**O SR. PAULO FRANGE** – Agora vamos falar como administrador hospitalar. Tem uma categoria de hospital que é viável e administrável, com muita qualidade, entre 150 e 250 leitos. Quando cai de 150 leitos ele não é útil, não tem viabilidade econômica e não traz

segurança. A população tem dificuldade de aceitar um hospital pequeno, porque quando tem um procedimento um pouquinho maior, precisa ter e não tem tomógrafo, não tem ressonância, não tem litotripsia, começa a não ter tudo. Patos de Minas tem o melhor exemplo disso. Na entrada da cidade tem uma placa enorme escrito “Mini-hospital da Prefeitura”. Eu não iria lá nem por gripe.

Uma consulta feita hoje à Sociedade Brasileira de Administração Hospitalar e a Federação Brasileira, ela não aconselharia um hospital com menos de 150 leitos em hipótese nenhuma, até pela inviabilidade econômica. Se fosse uma gestão feita pelo próprio SUS, como Santa Casa, Santa Casa com menos de 150 leitos não anda. Acima de 250 leitos a complexidade fica na dependência do tamanho da UTI. Se a UTI for muito grande quebra o hospital.

Então aqui é uma situação muito delicada. Quando eu vi... Esse é um argumento assim: não há ninguém no mundo que me tira da cabeça, porque trabalho com hospital há 30 anos e os hospitais com menos de 150 leitos nós não encontramos ainda na... sendo Sistema Único de Saúde, para poder trabalhar esse processo. Ou seja, eu acho que... eu não sei qual é o tamanho dos hospitais que está se colocando isso, mas é uma situação bastante difícil se a gente vir um hospital de pequeno porte. Por exemplo, a Brasilândia, com 400 mil habitantes, não teria condições de ter um hospital com 50 leitos, 100 leitos para atender a região.

A pergunta da taxa de retorno do BNDES é muito importante. Só essa para a gente poder... Secretário, se puder...

**O SR. SECRETÁRIO** – Queria apenas dizer que há um outro assunto que o Vereador perguntou, sobre a questão das garantias. A garantia que está sendo oferecida e que foi articulada pela Secretaria de Finanças implica basicamente o fluxo, uma garantia que vai equivaler até 180 milhões de reais, o que vai dar mais ou menos 70% do valor de uma contraprestação anual. Será criado um fundo de investimento e esse fundo de investimento será alimentado pelas receitas financeiras do Tesouro da Prefeitura. Então não estamos

vinculando receitas tributárias, mas sim um fluxo de retorno dos saldos bancários da Prefeitura que serão canalizados para esse fundo. Ou seja, esse fundo deverá ter sempre 180 milhões de reais. Toda vez que houver alguma inadimplência e esse fundo tiver parte dele executada e o saldo cair, esses recursos financeiros da Prefeitura... é como uma caia d'água que, se perde um pouco, tem um ladrão, uma bomba que abre e automaticamente preenche.

**O SR. PAULO FRANGE** – Eu não sabia disso. Esse modelo é só nosso?

**O SR. SECRETÁRIO** – Esse modelo está sendo basicamente feito por nós agora, não é comum e não constava. Nós estaríamos publicando agora essa inovação que acho que vai melhorar muito a competitividade desse “coisa”. O senhor pergunta quando é que isso será publicado. Estamos trabalhando eventualmente para uma publicação antes do Natal, do edital de licitação da (ininteligível).

Com relação à taxa de retorno, isso vai depender muito da eficiência e da eficácia de cada operador. Nós trabalhamos com os custos da Prefeitura. Nós damos a contraprestação máxima que a Prefeitura vai pagar. A licitação vai ocorrer no menor valor. A taxa de retorno, cada concorrente é que vai ter que calcular a sua. Nós não temos uma base nem vamos indicar qual é a TIR que nós estamos propondo. Aliás...

**O SR. PAULO FRANGE** - Não vai indicar na licitação uma base mínima? Não tem um mínimo para entrar?

**O SR. SECRETÁRIO** – Não. Nós estamos dando só... Sim, o valor mínimo, que é bem baixo, e o valor máximo que é 246 milhões.

**O SR. PAULO FRANGE** – Esse bem baixo o que seria, 8%?

**O SR. SECRETÁRIO** – Eu não me lembro, precisaria ver. Eu não trouxe esses dados, Vereador, mas é basicamente está tudo...

- Falas sobrepostas ininteligíveis.

**O SR. PAULO FRANGE** – Eu vou visitá-lo depois para que a gente possa discutir, ter mais informação. Obrigado.

**O SR. SECRETÁRIO** – Perfeitamente. O valor máximo é 246 milhões.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Só uma informação em relação à Feira da Madrugada, o senhor irá abrir licitação? Escutei lá de cima, qual é a ideia?

**O SR. MARCOS CINTRA** - A Feira da Madrugada ainda, a propriedade da área ainda não foi passada para a Prefeitura. Estamos agora finalizando esses entendimentos. Provavelmente uma concessão real de uso uma vez transferida, com o domínio da área para a Prefeitura abriríamos uma licitação para buscar um concessionário para aquela operação, a construção do *shopping* e a operação do espaço.

**P** – E qual é o valor da construção do *shopping*?

**R** – O investimento global está estimado em torno de 400 milhões de reais. Isso implica o *shopping*; os estacionamentos; dois prédios comerciais; um hotel; um circuito de compras propriamente dito,; equipamentos sociais; escolas; creches e 700 unidades habitacionais populares, uma das exigências feitas pelo Governo Federal.

**P** – Quantas habitações?

**R** – 700 unidades.

**P** – Mas viria recurso federal ou recurso municipal?

**R** – Não, onerando o empreendimento, onerando o concessionário.

**P** – E por que estamos terceirizando isso se hoje temos a SP Empresa Municipal que poderia controlar tudo, construir com dinheiro municipal? Afinal de contas, abrimos 470 milhões para construir um estádio privado, por que não construímos nós mesmos esse *shopping*? Quantos metros quadrados vai ter o Shopping Feira da Madrugada?

**R** – Oitenta mil metros o total.

**P** – Oitenta mil metros. Na pior das possibilidades, dois mil reais o metro, 160 milhões, na pior das possibilidades. Na melhor, uns 1.500, 1.300 reais o m<sup>2</sup> porque é popular. Por que o Município não investe nisso, ele mesmo através da sua empresa? O recurso que vai prover esse investimento, aproximadamente só de locação vai dar uns quatro milhões de

reais/mês mais as locações dos restaurantes, quer dizer, daria um dinheiro alto. Por que a Prefeitura não administra isso que daria aproximadamente 50 milhões de reais/ano; se pagaria em dois, três anos e ela reinvestiria esse dinheiro em relação ao comércio informal na cidade de São Paulo, no Largo 13, região do Vereador Milton Leite; na Lapa que também temos um comércio informal; do lado da Casa Verde também temos um comércio informal? Por que a Prefeitura em vez de passar para a iniciativa privada não faz um pequeno investimento e retorna isso para si mesma investir na própria Cidade?

**R** – Vereador, a experiência da gestão de equipamentos desse tipo pelo próprio Poder Público em geral não tem sido muito positiva. São empreendimentos que exigem um modelo de gestão muito avançado. É uma gestão complexa e na realidade foge, digamos, dos padrões que deveríamos alocar os recursos públicos. Na minha avaliação pessoal acredito que iniciativa privada possa fazer isso melhor do que o Poder Público. Queria chamar a atenção para o fato de que a Feirinha da Madrugada era gerida pelo Poder Público Federal e deu no que deu, quer dizer, uma confusão muito grande. É uma área muito pouco eficiente, totalmente conflituosa, com altos índices de criminalidade de modo que me parece que o interesse da Prefeitura não é exatamente o de gerir um empreendimento comercial, mas possibilitar um espaço para os ambulantes que hoje estão irregularmente instalados nas ruas possam ser atendidos. E o modelo da Prefeitura prevê que se tivermos sucesso nesse empreendimento isso seria reproduzido em outras regiões da Cidade também onde existe uma grande concentração de comércio de ambulante. É meramente uma opção. Eu não descarto essa possibilidade. Poderia ter sido uma possibilidade. A Prefeitura tem, por exemplo, mercados municipais. Poderia perfeitamente ter também isso, mas eu pessoalmente acredito que o setor privado seria mais eficiente na gestão desses equipamentos e não implicaria investimentos do setor público com a mesma eficácia quem sabe ou até melhor.

**P** – Mas, para investir recurso no Itaquera que é privado pôde, pôde abrir concessão.

Agora, para benefício da Cidade...

- Conversa fora do microfone.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Aquilo não é benefício para a Cidade, é um benefício para um clube de futebol e para uma construtora chamada Odebrecht.

Entendo que, se houvesse uma gestão empresarial, o nosso orçamento não seria de 38 bilhões, seria de 50 bilhões. Se passar para iniciativa privada, quem fica com o recurso é a iniciativa privada, e não o Estado. Em qualquer outro país, o Estado é muito forte, porque sabe administrar bem.

Nobre Vereador Paulo Frange, V.Exa. que é um entendedor de saúde, uma vez o senhor me confienciava sobre a questão desses hospitais, da forma como estão sendo programados pela Prefeitura. V.Exa. me dizia que o difícil não é construir hospital, mas sim mantê-lo funcionando, pois o custo anual de manutenção é o mesmo para se construir.

O senhor falou que a construção será pelo modelo espanhol. A pessoa constrói e oferece a logística, equipamentos, e a Prefeitura paga por esse serviço.

Qual é o benefício disso para a Prefeitura? Porque isso custará muito. O custo do hospital é o de menos, não é mesmo nobre Vereador Paulo Frange?

**O SR. PAULO FRANGE** – Isso. O dono desse investimento virá na contraprestação de serviço de toda atividade que não seja atividade médica, ou seja, tudo o que não for prestação de serviço da saúde: serviço de limpeza, higiene, lavanderia, enfim; teria de pagar para terceiros.

A empresa que ganhar esse processo será a prestadora. Por 15 anos, ela se remunera. O problema é: se faltar dinheiro nesse processo, teria de vir recurso de outro lugar, então, a equação de 15 anos estaria equivocada. É isso, Sr. Secretário?

Então, essa saída que foi encontrada aqui, talvez, seja a mais atraente no momento, porque assim não precisamos aportar recursos.

Entretanto, o que eu ainda não conhecia e que São Paulo está inovando é a

situação desse fundo, constituído por recursos do próprio Tesouro, que garantirá ao parceiro, a cada vez que ele baixar, que seja reabastecido. Ou seja, estabelece-se o valor de 180 milhões, que fica rendendo; e, à medida que o parceiro precisa, ele sabe que há um dinheiro garantido nesse fundo para remunerá-lo.

Na verdade, não estamos pagando um seguro. Pelo contrário, é um recurso do Tesouro, que está sendo remunerado pelo mercado sem ter que pagar o seguro. É isso, Sr. Secretário? Porque não tenho experiência nisso.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – E por que está sendo adiada a abertura de concorrência? Já houve vários adiamentos, inclusive uma foi programada agora para o dia 22 de dezembro.

**O SR. MARCOS CINTRA** – A principal razão do adiamento é exatamente o ponto abordado pelo nobre Vereador Paulo Frange, que é a questão das garantias. O modelo que havia sido previsto não atendeu às expectativas de serem garantias sólidas, ou seja, o Tesouro iria garantir a inadimplência do próprio Tesouro. Isso não é garantia.

Então, seria constituído um fundo com 150 milhões de reais. Toda vez que a Prefeitura deixasse de pagar, a própria Prefeitura teria de reconstituir esse valor no fundo. Se ela tivesse o dinheiro para reconstituir o fundo, ela pagaria. Portanto, na realidade, a única garantia seria o fundo inicial de 150 milhões, mas não a reposição desse fluxo.

Resolvemos então ampliar um pouco isso. Na fase de consultas públicas, isso foi levantado como um ponto muito crítico. É uma grande inovação, a maior PPP da América do Sul está sendo feita. O momento foi julgado muito difícil do ponto de vista econômico, porque a incerteza é muito grande hoje. Queremos fazer uma licitação internacional, atraindo empresas de outros países que possam prestar serviço.

Então, a ideia foi refazer o modelo das garantias dentro do encaminhamento proposto pelo Paulo Frange. Ou seja, cria-se um fundo de 180 milhões com reposição pelo fluxo de receitas do Tesouro. Foi por isso demorou a ser feito.

**O SR. AURÉLIO MIGUEL** – Com relação ao Pirituba, o senhor é que está cuidando dele?

**O SR. MARCOS CINTRA** – Estou coordenando.

**P** – Mas o processo inicial não?

**R** – Não.

**P** – Porque lá, pelo que eu vi no projeto, são várias as intervenções. A Rodovia dos Bandeirantes é classe zero, não pode ter acesso. No projeto que veio à Casa está dizendo que vai ter acesso. Eu estou achando que esse projeto está à toque de caixa. Para algo que só vai acontecer em 2020, se acontecer, eu sou favorável ao crescimento da nossa cidade naquela região, mas de uma forma pensada, debatida, planejada, estruturada. O senhor não acha que da forma que está ainda não tem bem estabelecido o que lá se pretende? Tem área de proteção ambiental, tem área contaminada, têm várias pessoas proprietárias de áreas, quer dizer, não podemos desvalorizar e desapropriar, seria um desrespeito ao dinheiro público porque o que vale dez depois da legislação valerá mil. Temos de tomar certos cuidados e não vejo preocupação da Prefeitura nesse sentido.

**R** – Com relação à classe zero, de fato, a Rodovia dos Bandeirantes é classe zero, mas a caracterização se aplica apenas às aberturas privadas. Quando há aberturas mesmo de uma rodovia classe zero para o próprio poder público, de interesse público é permitido. Tanto é que existem vários acessos dessa rodovia mesmo na classe zero. Além do que existe outra categoria que são os acessos fechados. Ou seja, quando na rodovia há acesso a um posto de gasolina, tem saída, só que do posto de gasolina você não pode se comunicar com o sistema viário, é o que vai acontecer no local. Há saída, mas o próprio Centro de Exposição não terá ruas urbanas ligadas ao acesso da rodovia. É um bolsão segregado, como chamam. Tem saída e é permitido pela legislação nesse caso específico.

**P** – E em relação à área de proteção ambiental?

**R** – Já estão todas mapeadas, devidamente identificadas. Elas serão transformadas

em um grande parque público, tanto que boa parte – e essa é uma das perguntas que informarei ao Secretário Miguel Bucalem que me solicitou os dados, qual a porcentagem da área que será mantida como parque por serem áreas de preservação. Por isso, estamos precisamos de uma área de cinco milhões de metros para provavelmente construir algo que ocupará em área dois ou três milhões, em projeção, mas será um grande parque nas áreas de preservação e nas áreas que pelas limitações topográficas não permitem construções.

**P** – Pela nossa conta dá cinco milhões de possibilidade de adensamento no local.

**R** – Adensamento, mas falando da área de projeção...

**P** – Projeção? Então, está bem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou encerrar a presente audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento. Agradeço a presença do Secretário Marcos Cintra, Vereador e Secretário. Mesmo com dificuldade, nos atendeu comparecendo nesta Edilidade. Agradeço também ao Secretário Rubens Chammas e o Secretário Mauro Ricardo.

As notas taquigráficas correspondentes à audiência pública serão apensadas ao projeto de lei orçamentário.

Tenham todos uma boa tarde.

Está encerrada a audiência pública.